



Governo de SP reduz carga tributária de setores produtivos até o final de 2024

Ministério da Saúde lança campanha para retomar índices altos de vacinação

Página 4

Programa Mulher Cidadã vai capacitar mulheres em risco social para empreender

Página 3

Prefeitura de SP atualiza valores de renda familiar para moradia popular

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), publicou, no Diário Oficial de sábado (25), o Decreto nº 62.175, que atualiza os valores de renda familiar para atendimento por Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP).

A elaboração do Decreto atende ao Plano Diretor Estratégico (PDE) e à Lei de Zoneamento (LPUOS), que determinam a atualização desses valores com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o salário mínimo atual. Neste sentido, os valores estão sendo equiparados ao salário mínimo de R\$ 1.302,00.

De acordo com o Plano Diretor, o valor para Faixa 1 de HIS atende famílias com renda entre zero e três salários mínimos. A partir do decreto publicado sábado, o limite máximo para essa faixa é de R\$ 3.906,00, antes era de R\$ 3.636,00. Na Faixa 2 do HIS, destinada a famílias com renda entre três e seis salários mínimos, o limite passou a ser de R\$ 7.812,00 ante R\$ 7.272,00. Para aqueles com renda entre seis e dez salários mínimos, o novo limite ficou em R\$ 13.020,00, antes o valor era de 12.120,00.

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento é responsável pelo licenciamento de empreendimentos de Habitação de Interesse Social e Mercado Popular na cidade. Nos dois primeiros anos da gestão atual (2021-2024), a SMUL aprovou 253.014 unidades de HIS e de HMP. O valor já corresponde a 84,3% da Meta nº 15 prevista no atual Programa de Metas, que é licenciar 300 mil moradias populares até 2024.

Promover o acesso à moradia para famílias de baixa renda é objetivo da administração municipal.

Fazenda anuncia reoneração de combustíveis em R\$ 28,9 bilhões



Foto: RosarAbv

Esporte

Contagem regressiva para a volta do Hang Loose Pro Contest em Fernando de Noronha

O aguardado retorno do campeonato de surfê mais tradicional da América Latina no Havaí brasileiro já está na contagem regressiva. O Hang Loose Pro Contest apresentado pela Elétron Energy começa na próxima terça-feira (dia 28) e vai até domingo (5 de março) no arquipélago pernambucano de Fernando de Noronha. O evento não aconteceu em 2021 e 2022 por causa da pandemia e volta esse ano, promovendo a penúltima etapa da temporada 2022/2023 da World Surf League (WSL) Latin America, com o nível máximo do Qualifying Series (QS). **Página 12**



Foto: WSL / Daniel Smorigo
Miguel Tudela num tubo na Cacimba do Padre durante o Hang Loose Pro Contest

Felipe Drugovich avalia positivamente sua participação nos testes de pré-temporada



Foto: Aston Martin
Felipe Drugovich

No último sábado (25), no Circuito Internacional do Bahrein, o brasileiro Felipe Drugovich (XP Investimentos/Porto

Seguro/Stilo) encerrou sua primeira participação mais efetiva na Fórmula 1. Depois de seu primeiro contato em testes privados em Silverstone e de participar do primeiro treino do GP de Abu Dhabi no ano passado, o atual campeão da Fórmula 2 participou da pré-temporada da Fórmula 1 pela Aston Martin, da qual é piloto reserva e de testes.

Felipe Drugovich substituiu Lance Stroll, piloto titular da equipe inglesa que se machucou ao sofrer um acidente de bicicleta na semana anterior. Os testes foram realizados ao longo de três dias e no primeiro deles, na quinta-feira (23). **Página 12**

O governador Tarcísio de Freitas assinou na segunda-feira (27) decretos que reduzem a carga tributária de vários segmentos do setor produtivo paulista até 31 de dezembro de 2024. As medidas têm o objetivo de reduzir o custo de produção e estimular a economia no Estado de São Paulo.

“Esse é um ato em prol da indústria de São Paulo. Estamos acionando todas as alavancas disponíveis para promover o desenvolvimento no Estado. A nossa caminhada vai ser no sentido de promover a reindustrialização do Estado e de promover a competitividade da indústria paulista. Nossa expectativa é que a renúncia, mesmo que em um primeiro momento leve a uma redução

de arrecadação, alavanque os investimentos no Estado, com a geração de emprego e renda”, destacou o governador Tarcísio de Freitas.

Os benefícios – alguns renovados e outros concedidos pela primeira vez – têm potencial para promover novos investimentos e gerar uma ampla oferta de empregos. Os decretos concedem isenção, redução de base de cálculo, crédito outorgado ou diferimento do ICMS aos produtores de soja, fabricantes de suco de fruta e bebidas à base de leite, à geração de energia elétrica, indústria de informática, empresas de data center, fabricantes de embalagens metálicas e medicamento para fibrose cística, entre outros. **Página 2**

Mercado financeiro prevê crescimento da economia em 0,84% neste ano

Página 11

Cate faz seleção de candidatos para 500 vagas de empregos

Página 2

Governo Central tem segundo maior superávit para meses de janeiro

Página 4

Melo e Zverev estreiam nesta terça-feira no ATP 500 de Dubai

Depois do vice-campeonato no Rio Open, Marcelo Melo volta à quadra já nesta terça-feira (28). O mineiro estreia no ATP 500 de Dubai, nos Emirados Árabes, jogando ao lado do alemão Alexander “Sascha” Zverev. O jogo será por volta das 10h (horário de Brasília), diante da dupla formada pelo francês Constant Lestienne e o holandês Botich van de Zandschulp. **Página 12**

O jogo será por volta das 10h (horário de Brasília), diante da dupla formada pelo francês Constant Lestienne e o holandês Botich van de Zandschulp. **Página 12**

Prova inédita marca calendário do Velocidade na Terra Brasil



Foto: Vitor Lara
Turismo terá o campeão decidido em etapa única

O grupo SR e a Associação Nacional de Velocidade na Terra anunciaram o calendário do Campeonato Brasileiro de Velocidade na Terra 2023 – VNT Brasil que contará com a realização de cinco etapas para a categoria Autocross e etapa única para as categorias KartCross e Turismo. Uma das principais novidades do calendário é a etapa de abertura, que será realizada em Balneário Camboriú. Será a primeira vez que uma etapa do VNT

Brasil será disputada no município e em uma pista construída em tempo recorde. “Desde que assumimos a organização do Campeonato Brasileiro de Velocidade na Terra estamos buscando inovar a cada ano. Desta vez, temos o desafio de construir a pista em Balneário Camboriú e levar a velocidade para perto de um público novo”, ressalta Gian Pasquali, responsável pela organização do campeonato. **Página 12**

Previsão do Tempo

Terça: Sol com muitas nuvens durante o dia. Períodos de nublado, com chuva a qualquer hora.

26° C
20° C



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,20
Venda: 5,20

Turismo
Compra: 5,31
Venda: 5,39

EURO

Compra: 5,52
Venda: 5,52

Governo de SP reduz carga tributária de setores produtivos até o final de 2024

O governador Tarcísio de Freitas assinou na segunda-feira (27) decretos que reduzem a carga tributária de vários segmentos do setor produtivo paulista até 31 de dezembro de 2024. As medidas têm o objetivo de reduzir o custo de produção e estimular a economia no Estado de São Paulo.

“Esse é um ato em prol da indústria de São Paulo. Estamos acionando todas as alavancas disponíveis para promover o desenvolvimento no Estado. A nossa caminhada vai ser no sentido de promover a reindustrialização do Estado e de promover a competitividade da indústria paulista. Nossa expectativa é que a renúncia, mesmo que em um pri-

meiro momento leve a uma redução de arrecadação, alavanque os investimentos no Estado, com a geração de emprego e renda”, destacou o governador Tarcísio de Freitas.

Os benefícios – alguns renovados e outros concedidos pela primeira vez – têm potencial para promover novos investimentos e gerar uma ampla oferta de empregos. Os decretos concedem isenção, redução de base de cálculo, crédito outorgado ou diferimento do ICMS aos produtores de soja, fabricantes de suco de fruta e bebidas à base de leite, à geração de energia elétrica, indústria de informática, empresas de data center, fabricantes de embalagens metálicas

e medicamento para fibrose cística, entre outros.

A medida também reverte os efeitos do ajuste fiscal implementado em 2020, que havia reduzido os benefícios fiscais em razão da pandemia.

Confira na lista abaixo um resumo dos novos benefícios concedidos:

Leite de aveia – redução da base de cálculo do ICMS nas vendas de bebida vegetal à base de aveia, não alcoólica, não fermentada, pronta para consumo, de forma que a carga tributária

seja equivalente à aplicação do percentual de 7%.

Embalagens metálicas – A cobrança do imposto na venda de máquinas e equipamentos destinados a estabelecimento fabricante de embalagens metálicas fica diferido para o momento em que ocorrer a sua alienação ou sua eventual saída.

Fibrose Cística – Operações com o medicamento Trikafta (princípios ativos Elecaftor, Tezacaftor e Ivacaftor), destinado ao tratamento da doença, ficam isentos de ICMS.

Pá carregadeira de rodas, escavadeira hidráulica e retroescavadeira – Crédito do imposto de forma que a carga tributária resulte no percentual de 5%.

Máquina semiautomática sem centrífuga (tanquinho) – O estabelecimento fabricante poderá creditar-se de importância de forma que a carga tributária dessas saídas resulte no percentual de 3% nas operações internas e de 1,5% nas operações interestaduais.

Informática – Regime Especial de tributação do ICMS

para contribuintes da indústria de Informática.

Data Center – Suspensão, o diferimento e a isenção do ICMS nas aquisições de equipamentos.

Bebidas à base de leite – Redução da base de cálculo do ICMS nas saídas internas de produtos alimentícios promovidas por estabelecimento fabricante ou atacadista.

Energia elétrica – Isenção do ICMS para geração distribuída de energia elétrica e centrais geradoras com potência instalada de até 5 MW (megawatts).

São Paulo vacina crianças de 3 a 4 anos contra a covid-19

A partir da segunda-feira, (27), as crianças de 3 aos 4 anos de idade e que vivem na cidade de São Paulo poderão tomar a dose de reforço contra a covid-19. A vacinação será aplicada nas crianças que já completaram o esquema vacinal básico com duas doses há mais de quatro meses.

A vacina é a Pfizer Baby, de tampa vinho, mesmo para as crianças que completaram o seu esquema vacinal com a vacina CoronaVac/Butantan/Sinovac.

Segundo a Secretaria Municipal da Saúde, a Pfizer Baby também poderá ser utilizada como segunda dose para com-

pletar o esquema básico vacinal de crianças que tomaram a primeira dose com o imunizante CoronaVac.

A secretaria informou que, até este momento, a cobertura vacinal de crianças dos 3 aos 4 anos de idade contra a covid-19 na cidade de São Paulo está em 62,2%, para a primeira dose, e em 32,5% para a segunda dose. Nas crianças de 6 meses a 2 anos, a cobertura vacinal está em 17,4%, para a primeira dose, e 4,3% para a segunda dose. E entre crianças entre 5 e 11 anos, a cobertura vacinal está em 100% para a primeira dose, 84,4% para

a segunda dose e 4,1% para a dose de reforço.

A vacinação de crianças contra a covid-19 é fundamental para proteger esse público contra as formas graves da doença, além de evitar mortes. Os imunizados são seguros e já foram aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Bivalente

Também na segunda-feira (27), a capital paulista iniciou a aplicação da vacina Pfizer bivalente contra a covid-19 em idosos acima dos 70 anos de idade e pessoas acima de 12 anos com

imunossupressão, indígenas, residentes em instituições de longa permanência e funcionários desses equipamentos. Serão vacinadas aquelas pessoas que já completaram o esquema básico de vacinação ou que já receberam uma ou duas doses de reforço, respeitando o intervalo de quatro meses da dose mais recente recebida.

A vacina bivalente é aplicada em pessoas com idade acima dos 12 anos e protege contra a cepa original do coronavírus e também contra algumas subvariantes da Ômicron. (Agência Brasil)

Cate faz seleção de candidatos para 500 vagas de empregos

A partir da segunda-feira, 27 de fevereiro, o Cate - Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo disponibiliza mais de 500 vagas de emprego em toda a Capital paulista e região. As inscrições podem ser realizadas até quarta-feira, dia 1º de março, tanto pelo Portal Cate on-line quanto em uma das unidades físicas (8h às 17h). As oportunidades, oferecidas pela parceria entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e empresas de variados setores, abrangem diversas áreas de atuação profissional.

“É costume popular dizer que ‘o ano só começa depois do Carnaval’. O Cate está trabalhando intensamente desde os primeiros dias de janeiro, mas vamos aproveitar esse aumento motivacional do pós-feriado para conseguir recolocar cada vez mais pessoas no mercado de trabalho. Esta se-

mana há uma variedade muito grande de cargos, desde varejo e serviços até a área da saúde”, explica a secretária municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Aline Cardoso.

Estão sendo oferecidas 50 vagas para controlador de acesso, responsável por atividades como fiscalizar, observar e orientar a entrada e saída de pessoas, abrir e fechar as dependências de prédios, receber a correspondência e encaminhá-la, entre outras. Os salários estão entre R\$ 1.607 e R\$ 1.806. Todas exigem que o candidato possua no mínimo seis meses de experiência prévia. Os níveis de escolaridade mínimos variam de ensino fundamental completo a ensino médio incompleto. Algumas requerem conhecimentos de informática básica.

No total, estão disponíveis 41 vagas para atendente de lan- chonete, com remunerações que

variam de R\$ 1.056 a R\$ 1.302. A maioria não requer nenhuma experiência anterior, exigindo de ensino fundamental completo ao médio completo. Há também oportunidades especiais para estudantes universitários, com 12 das vagas sendo oferecidas com contratação em parceria com as faculdades.

O Cate também conta com 57 vagas para auxiliar de limpeza, com salários entre R\$ 1.379 e R\$ 1.634. Destas, 20 são destinadas exclusivamente a pessoas com deficiência. A escolaridade mínima solicitada varia entre fundamental incompleto a ensino médio incompleto. Algumas exigem experiência prévia de três meses e outras de seis.

Já motoristas de ônibus encontram 30 vagas disponíveis esta semana. Para a categoria D: R\$ 2.252, já para a E, a remuneração chega a R\$ 3.444. É ne-

cessário ter o ensino fundamental completo e pelo menos seis meses de experiência.

Quem atua na área de logística encontra 16 postos na rede de agências da Prefeitura de São Paulo. São vagas permanentes com rendimentos que podem chegar a R\$ 2.000. Algumas posições não exigem experiência comprovada, mas será necessário apresentar certificado de conclusão do ensino médio.

É possível conferir todas as oportunidades e postos oferecidos durante a inscrição on-line. Para se candidatar nas unidades do Cate, é necessário ter em mãos o RG, o número de CPF e a carteira de trabalho (que pode ser a digital).

Processos seletivos para vagas de emprego no Cate

Data: até o dia 1º de março, quarta-feira, às 18h
Inscrição: Portal Cate

Instituto do Câncer reforça campanha contra o HPV e câncer do colo do útero

O Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp), unidade ligada ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP e à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, retoma a campanha contra o papilomavírus humano (HPV), com atividades que têm o intuito de levar informações de forma dinâmica e auxiliar na conscientização e prevenção do vírus.

Na semana do Dia Internacional de Conscientização sobre o HPV, 4 de março, o Instituto contará com uma programação especial na sua página do Instagram @institudocancersp, com vídeos de perguntas da população a respeito do vírus, no modelo “Povo Fala”, que serão respondidas pela equipe do Centro de Investigação Translacional em Oncologia (CTO) do Icesp.

Já no dia 3 de março, das 10h às 11h30, especialistas e colaboradores da instituição estarão na estação Capão Redondo, na Linha 5 – Lilás do Metrô de SP, na campanha “Unidos pela conscientização sobre o HPV”, que contará com plaquinhas estilizadas, máscaras, banner interativo e distribuição de folhetos. A equipe estará disponível para responder dúvidas dos passageiros e disseminar informações sobre o assunto.

“É nosso papel conscientizar

as pessoas e abordar a importância do autocuidado na prevenção do vírus, que é o causador da infecção sexualmente transmissível mais comum no mundo, atingindo não só mulheres, mas homens também”, enfatiza a Profa. Dra. Luisa Lina Villa, chefe do Laboratório de Pesquisa e Inovação em Câncer do Icesp.

O que é o HPV?

O HPV é um vírus que possui mais de 100 tipos, e que se instala na pele e em mucosas, sendo sua principal forma de transmissão por meio da relação sexual. Mais raramente, pode acontecer também pelo contato com as mãos, objetos ou roupas de uso pessoal contaminados e de mãe para filho, durante o parto.

Ele não só atinge mulheres, como também homens e crianças de ambos os sexos, e pode causar diversas doenças, como verrugas, além de tumores do colo do útero, vagina, ânus, boca e garganta, vulva e pênis.

Por isso, é importante que mulheres consultem um ginecologista regularmente para realizar exames de rotina e principalmente o Papanicolau, a fim de fazer o rastreamento de lesões no colo do útero. Para os homens, porém, ainda não existe rastreamento para os tumores causados por HPV.

De acordo com a Profa. Dra. Luisa, não há um tratamento específico para a doença. “Na maioria dos casos, as infecções são eliminadas espontaneamente pelo organismo, sem que se observe qualquer sinal ou lesão. Entretanto, alguns tipos de HPV podem causar verrugas genitais, e outros tipos, quando persistentes, podem causar o câncer”, explica.

Dentre os tumores causados pelo vírus, o do câncer do colo do útero está 100% ligado a ele. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), este tumor é o terceiro mais incidente entre as mulheres no Brasil. Em 2022, o Icesp atendeu cerca de 265 novos casos.

O uso do preservativo é uma barreira parcial na transmissão do HPV e é sempre recomendável por ser muito eficaz na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), em todos os tipos de relação. A boa higiene genital, das mãos e de objetos de uso íntimo também pode minimizar o risco de contato com o vírus.

Entretanto, a melhor maneira de se prevenir contra o HPV continua sendo a vacinação. Desde 2014, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) disponibiliza, gratuitamente, a vacina quadrivalente, que protege contra quatro tipos diferentes de

vírus, dentre os quais estão os tipos 6 e 11, responsáveis por 90% das verrugas genitais, e 16 e 18, causadores de 70% dos cânceres de colo do útero e uma proporção significativa dos tumores em outros locais do corpo.

As vacinas são aplicadas em duas doses para meninos e meninas de 9 a 14 anos e, também, em três doses para homens e mulheres de 9 a 45 anos que vivem com doenças, como HIV, lúpus, pacientes com câncer em tratamento de radioterapia e quimioterapia, e pessoas transplantadas de órgãos sólidos e medula óssea.

De 2014 a 2022, a cobertura vacinal contra o HPV no Estado de São Paulo correspondeu a 78% da primeira dose e 59,6% da segunda dose em meninas. Já de 2017 a 2022, foram registrados 58,4% da primeira dose e 39,2% da segunda dose em meninos. As taxas de cobertura podem ser menores dependendo da região do país.

“Para que a vacina seja 100% eficaz, ela deve ser administrada antes do início da atividade sexual, assim, permite que o vírus seja impedido de entrar no corpo. Além de que, uma pessoa mais nova possui um sistema imune mais potente, gerando anticorpos em grande quantidade e muito eficientes”, finaliza a Profa. Dra. Luisa.



CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Entre as vereadoras que tão em campanha pela reeleição em 2024, Cris Monteiro tornou-se a única candidata pelo partido Novo

PREFEITURA (São Paulo)
Ricardo Nunes (MDB) pode ter votos do eleitorado acima de 70 anos, que tão tomando vacinas de reforço contra variantes Covid-19

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Jornalista e deputado José Américo (PT) tá se preparando pra assumir a superintendência da Empresa Brasileira de Comunicação em SP

GOVERNO (São Paulo)
Tarcísio (Republicanos) deu o 1º tiro da guerra fiscal contra Estados que ‘roubam’ indústrias daqui. Tá fazendo o que paulistas não fizeram

CONGRESSO (Brasil)
Deputada (SP) Tábata (PSB agora do Alckmin) tá em campanha pra prefeitura paulistana 2024 ? O agora colega Boulos (PSOL) acha quem sim

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Lula segue vendendo um PL, no qual manda bem menos do que mandou e Bolsonaro segue tentando vender um PL no qual não vai mandar

PARTIDOS (Brasil)
Não é simples, nem fácil, retratar realidades regionais das quase 6 décadas do Movimento Democrático Brasileiro, partido que se formou ...

POLÍTICOS
... pra combater a Aliança Renovadora Nacional, partido também com quase 6 décadas que deu sustentação aos governos militares entre março ...

(Brasil)
... 1964 até março 1985. Acontece que existiram vários MDBs - por exemplo o do Quercismo em São Paulo - e várias Arenas em cada região do Brasil

ANO 31
O jornalista Cesar Neto publica a coluna de política - cesarneto.com - na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP) como referencial das liberdades possíveis



cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Fazenda anuncia reoneração de combustíveis em R\$ 28,9 bilhões

A reoneração da gasolina e do etanol a partir de março está assegurada, confirmou a assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda. Segundo a pasta, o formato do aumento das alíquotas está sendo discutido entre o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galpólo, e a diretoria da Petrobras, no Rio de Janeiro, mas já está certo que a arrecadação será recomposta em R\$ 28,88 bilhões neste ano, conforme anunciado pelo ministro Fernando Haddad, em janeiro.

A assessoria de imprensa informou que a alíquota da gasolina subirá mais que a do etanol, alinhada com o princípio de onerar mais os combustíveis fósseis. Segundo a pasta, a reoneração

terá caráter social, para “penalizar menos o consumidor”, e econômico, para preservar a arrecadação. O formato da reoneração e os valores ainda estão sendo definidos entre Galpólo e Jean-Paul Prates. De acordo com a assessoria, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, poderá conceder uma entrevista coletiva para explicar o aumento das alíquotas assim que sair a decisão.

No ano passado, o ex-presidente Jair Bolsonaro zerou as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para a gasolina, o etanol, o diesel, o biodiesel, o gás natural e o gás de cozinha. Em 1º de janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

assinou a Medida Provisória 1.157, que previa a reoneração da gasolina e do etanol a partir de 1º de março e a dos demais combustíveis em 1º de janeiro de 2024.

Antes da desoneração, o PIS/Cofins era cobrado da seguinte forma: R\$ 0,792 por litro da gasolina A (sem mistura de etanol) e de R\$ 0,242 por litro do etanol. Entre as possibilidades discutidas por Galpólo e a Petrobras, estão a absorção de parte do aumento das alíquotas pela Petrobras, porque a gasolina está acima da cotação internacional, e a redistribuição de parte das alíquotas originais da gasolina para o etanol.

Caso ocorra essa redistribuição, a gasolina poderia pagar, por exemplo, R\$ 0,70 de PIS/Cofins

por litro; e o etanol, R\$ 0,33.

O repasse efetivo do aumento das alíquotas aos consumidores dependerá das distribuidoras e dos postos de combustíveis. No início do ano, ao anunciar o pacote com medidas para melhorar as contas públicas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a recomposição dos tributos renderá R\$ 28,88 bilhões ao caixa do governo em 2023.

Só em janeiro, segundo cálculos da Receita Federal divulgados na semana passada, o governo deixou de arrecadar R\$ 3,75 bilhões com a prorrogação da alíquota zero. (Agência Brasil)

MAURICIO PICAZO GALHARDO



VACALOUCA

Diante da confirmação de um caso de Encefalopatia Espongiforme Bovina (mal da “vacca louca”) em um animal macho de 9 anos em uma pequena propriedade no município de Marabá (PA), o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) vem adotando todas as providências governamentais para o mercado de carnes brasileiras. Foi feito o comunicado à Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) e as amostras foram enviadas para o laboratório referência da instituição em Alberta, no Canadá, que poderá confirmar se o caso é atípico.

EMBAIXADOR

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, recebeu o embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, em reunião realizada para prestar todos os esclarecimentos sobre o trabalho que está sendo desenvolvido pelo governo brasileiro para monitoramento do caso de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) confirmado em um animal no município de Marabá (PA).

CONAB

O deputado Zé Silva (SD-MG), coordenador da Comissão de Agricultura Familiar da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), apresentou à Presidência da República uma requisição de desvinculação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) dos órgãos do governo federal e a sua transformação em Agência de Inteligência do Agro Brasileiro. Segundo o parlamentar, a Conab cumpre papel social fundamental, especialmente no suprimento de alimentos aos segmentos mais carentes da população.

MILHO

Denominada como “safrinha”, a Segunda Safra de milho no Brasil vem deixando o diminutivo de lado e se prepara para bater o seu recorde de produção, ultrapassando as 120 milhões de toneladas - número que ainda depende do desempenho da Segunda Safra, mas que corresponde a 72% da produção nacional. O dado foi apresentado na abertura da sétima temporada do projeto Mais Milho, que reuniu especialistas e autoridades do agronegócio brasileiro.

BOAS CONDIÇÕES

Segundo o monitoramento dos cultivos de verão realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), as lavouras se encontram em boas condições de desenvolvimento na safra 2022/2023, com exceção do Rio Grande do Sul, parte da Bahia e de Minas Gerais. Ainda de acordo com o estudo, a safra atual está evoluindo de forma similar ou acima da média nos principais estados produtores do país, o que indica um bom potencial produtivo das lavouras de soja e milho primeira safra.

CLIMA

A produção de feijão no Brasil terá de crescer em torno de 44% - aproximadamente 1,5 milhão de toneladas a mais do que é produzido hoje - por volta do ano 2050, para atender à demanda pelo produto. Esse incremento deverá ocorrer em um cenário adverso para as lavouras, do ponto de vista do clima, levando em conta dados estipulados a partir do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas (ONU).

ENTREVISTA

O secretário Antonio Junqueira foi o entrevistado da segunda edição do Jornal da Manhã, da TV Jovem Pan News. Entre os temas abordados destaque para regularização ambiental e invasões de terras ocorridas na região de Presidente Prudente na última semana. O secretário citou a lei que institui o Programa Estadual de Regularização de Terras, que autoriza o Governo do Estado a celebrar acordos administrativos ou judiciais para a regularização fundiária em terras públicas devolutas, conhecida como Lei da Paz, que foi sancionada em julho de 2022.

FAPESP

O cotidiano da quarentena iniciada em 2020, com a chegada da COVID-19, é tema da exposição “Retratos do Confinamento”, em cartaz na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo-UFSCar) até 3 de março. A mostra reúne fotografias que formam uma narrativa a respeito dos pensamentos, emoções e desejos presentes na vida das pessoas. Como fruto de uma construção coletiva entre membros da comunidade UFSCar e colaboradores externos, brasileiros e estrangeiros.

PALESTRA

Biólogo do Instituto de Zootecnia (IZ-Apta), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de SP, Dr. Rodrigo Gigliotti, ministrou palestra no GHTM- Global Health & Tropical Medicine no Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. O tema da palestra “Análise transcricional da resistência e/ou suscetibilidade de bovinos de corte de diferentes grupos genéticos à infecção por Babesia bovis” apresentou dados do seu projeto de pesquisa financiado pela FAPESP. (Com informações de assessorias)

EDITOR

O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 65 anos, é paulista do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior; na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor agropecuário e agora tem esta coluna semanal de notícias da agropecuária em geral. Também é o autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br. Email: mauricio.picazo.galhardo@gmail.com

AGRO CARTOON

PICAZO



DESENHOS: REPRODUÇÃO / INTERNET

524 / 123

FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

Programa Mulher Cidadã vai capacitar mulheres em risco social para empreender

O Ministério da Fazenda criou o Programa Mulher Cidadã, que irá capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade ou risco social para que possam empreender.

O programa prevê, entre outras ações, auxiliar essas mulheres a obter renda e autonomia financeira, ofertar educação financeira, estimular regularização fiscal e apoiar projetos sociais focados nesse público.

“Identificar mulheres, em si-

tução de risco e de vulnerabilidade social, interessadas em empreender, proporcionando-lhes acompanhamento e apoio, mediante a realização de ações de cidadania fiscal capazes de alicerçar um empreendimento seguro”, diz a portaria, publicada nesta segunda-feira.

O programa será executado pelos Núcleos de Apoio Contábil, Jurídico e Fiscal (NAF) em parceria com instituições de ensino. O objetivo é levar assistên-

cia fiscal, jurídica e financeira gratuita às mulheres em risco social, microempreendedoras e produtoras rurais.

A portaria prevê ainda doação de mercadorias apreendidas pela Receita Federal para organizações da sociedade civil, que atuam na ressocialização de presas. “As doações serão estimuladas e divulgadas como forma de conscientização social no combate ao contrabando, descaminho e pirataria, pela transfor-

mação do produto do crime em ação social que beneficia pessoas em situação de vulnerabilidade”, conforme o texto.

O comitê gestor será formado por dois representantes da Secretaria-Executiva do ministério, da Receita Federal do Brasil, do Tesouro Nacional, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria de Políticas Econômicas. O grupo terá reuniões bimestrais e a participação é não remunerada. (Agência Brasil)

Pix e declaração pré-preenchida garantem prioridade na restituição

A Receita Federal anunciou na segunda-feira (27) as regras para a entrega da declaração do Imposto de Renda (IR) de 2023, que tem como base o ano de 2022. O período de entrega será entre 15 de março e 31 de maio. Para facilitar a entrega do documento, a Receita fez, neste ano, algumas mudanças, como a disponibilização da declaração pré-preenchida desde o primeiro dia do prazo de entrega.

A expectativa da Receita é receber até 39,5 milhões de declarações até o fim do prazo, das quais, 25% pré-preenchidas.

O pagamento das restituições começa em 31 de maio e foi dividi-

do em cinco grupos mensais até 29 de setembro, de acordo com a data de entrega da declaração. Têm prioridade no recebimento da restituição idosos com idade igual ou superior a 80 anos, idosos a partir de 60 anos, deficientes e portadores de moléstia grave e contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério.

A novidade este ano é que também terão prioridade no recebimento da restituição os que usarem o modelo pré-preenchido ou optarem por receber o valor por meio da chave Pix, desde que a chave seja o CPF do cidadão. Segundo a Receita, as duas novas

modalidades de prioridade têm o objetivo de reduzir os erros na declaração. Ao optar pelo Pix, por exemplo, não é necessário informar mais nenhum número de dados bancários, apenas o próprio CPF.

O preenchimento e a entrega podem ser feitos por meio do Programa Gerador da Declaração relativo ao exercício de 2023, que estará disponível para download no site da Receita Federal, ou por meio do Meu Imposto de Renda, que pode ser acessado pelo site da Receita, pelo Portal e-CAC, ou pelo aplicativo para tablets e celulares. O Meu Imposto de Renda agora tem nova identidade visual, no padrão gráfico dos demais sistemas do governo federal.

Para o cidadão que tiver imposto a pagar, a cota única vence em 31 de maio. Para os demais, o vencimento é o último dia de cada mês até a oitava cota em 28 de dezembro. Quem tiver interesse em optar pelo débito automático na primeira cota, ou na cota única, precisa entregar a declaração até 10 de maio.

Quem apresentar o documento fora do prazo paga multa de 1% ao mês do calendário ou fração de atraso, calculada sobre o total do imposto devido. A multa mínima é de R\$ 165,74 e valor máximo corresponde a 20% do imposto devido.

Neste ano, estão obrigados a declarar os cidadãos que tiveram, em 2022, rendimentos tributáveis com valor acima de R\$ 28.559,70. No caso de rendimentos considerados “isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte”, é obrigado a declarar quem recebeu valor superior a R\$ 40 mil.

Continua obrigado a apresentar declaração quem teve ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto, bem como aqueles que, no dia 31 de dezembro de 2022, eram proprietários de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 300 mil; e pessoas que, na atividade rural, receberam rendimentos tributáveis com valor acima de R\$ 142.798,50.

Pessoas que tenham operado em bolsas de valores no ano passado também devem declarar o IR. Mas, neste ano, a Receita estabeleceu dois limites. Devem apresentação de rendimentos os que venderam ações em valores acima de R\$ 40 mil, independentemente do volume de compras, e aqueles que fizeram operações e tiveram ganhos líquidos sujeitos à incidência

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SÃO PAULO/SP

Data do leilão: 28/02/2023 - A partir das: 15:00 as 15:15 horas
Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal - AG. ESTADOS UNIDOS, COD. 2887 NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMÉRICA, SÃO PAULO/SP. HELIO JOSE ABDOU, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 603, estabelecido a Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP, telefone 11-97334-6595, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo improrrogável de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas à comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED: 1405 - Contrato: 102350000206 - CREDOR: EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - AGENTE FIDUCIÁRIO: COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI - CHP

DEVEDOR(ES): ANA MARIA BARBOSA LIMA PEREIRA, BRASILEIRA, AUTÔNOMA, RG. Nº 18.436.930/SP, CPF: 060.221.948-57, CASADA SOB O REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, NA VIGÊNCIA DA LEI 6.515/77 COM ANDERSON JOÃO PEREIRA, BRASILEIRO, AUTÔNOMO, RG. Nº 16.299.603-2/SP, CPF: 056.096.548-66. Imóvel sito à: AVENIDA ENGENHEIRO JOSE SALLES, Nº 200, APARTAMENTO Nº 36, LOCALIZADO NO 3º ANDAR DO BLOCO B-5, DO CONJUNTO RESIDENCIAL PARQUE DOS PASSAROS, NO BAIRRO DE JABACAGUERA, 32º SUBDISTRITO CAPELA DO SOCORRO, SÃO PAULO/SP. Possuindo a área útil de uso exclusivo real de 71,65m2, a área comum real na garagem de 11m2, mais 56,4855m2, nas demais áreas comuns reais, totalizando 139,1355m2 de área construída, cabendo-lhe a fração ideal de 0,17857% no terreno. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, PERTENCENÇAS, ACESSÓRIOS E GARAGEM SE HOUVER.

SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R\$ 882.269,07
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R\$ 351.000,00

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP 603.
Leiloeiro Público Oficial

08/02, 17/02 e 28/02/2023



Fulo Seguradora S.A. CNPJ 43.409.064/0001-53

RELATÓRIO ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Fulo Seguradora S.A. relativas ao exercício de 2022, apuradas com base na regulamentação vigente. A Fulo Seguradora S.A. foi constituída em 20 de abril de 2022, sendo autorizada a operar no mercado de seguros a partir de 11 de outubro de 2022, de acordo com a Portaria SUSEP nº 8017. A seguradora foi constituída para participar, inicialmente, do ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), definido pelas Resoluções CNSP nº 381, de 04 de março de 2020 bem como pela Circular SUSEP nº 598, de 19 de março de 2020 e posteriores alterações. A Fulo Seguradora S.A. segue com as ações de estruturação de sua operação de forma organizada com

o objetivo de maximizar suas atividades comerciais e de emissão de apólices em 2023. Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de seguros de bens (celulares e bicicletas).

Governança corporativa
 A Fulo Seguradora S.A. está em constante aprimoramento de controles internos e melhorias dos processos operacionais, buscando a excelência na operação técnica e gestão de riscos e combate a fraudes.

Perspectiva
 A Fulo Seguradora S.A. mantém suas expectativas e foco contínuo no crescimento sustentável de suas operações, bem como a manutenção dos investimentos previstos para o futuro.

Agradecimentos
 Ao encerramos o exercício de 2022, registramos os agradecimentos da Administração aos colaboradores, pela dedicação e empenho, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados, aos consultores por acreditarem e participarem da construção da Fulo Seguradora S.A. e aos reguladores, pela supervisão e orientações prestadas.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)					
Ativo	Notas	2022	Passivo Circulante	Notas	2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	3	Contas a pagar	10	1
Títulos e valores mobiliários	7	1.068	Impostos e encargos sociais a recolher	11	41
Créditos das operações com seguros	8 e 9	415	Impostos e contribuições	12	43
Total do ativo circulante		1.486	Outras contas a pagar	13	10
			Provisões técnicas		
			Sinistros a liquidar	9.b	e14 172
			IBNR	14	35
			PPNG	14	70
			Total do passivo circulante		372
			Patrimônio líquido		
			Capital social	15.a	1.001
			Reserva de lucros		113
			Total do patrimônio líquido		1.114
Total do ativo		1.486	Total do passivo e patrimônio líquido		1.486

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)					
	Capital social	Capital social em aprovação	Reserva legal	Reserva estatutária	Total
Constituição da empresa					
Capital inicial	1	-	-	-	1
Aumento de capital					
Alteração contratual de 20.04.2022	-	1.000	-	-	1.000
Homologação do capital social					
Portaria SUSEP nº 8017 de 11.10.2022	1.000	(1.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	113	113
Destinação do resultado					
Constituição de reserva legal	-	-	5	(5)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.001	-	5	108	1.114

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A **Fulo Seguradora S.A. ("Companhia")**, é uma sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 20 de abril de 2022 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária e autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 8017, de 11 de outubro de 2022 pelo termo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), de acordo com a Resolução CNSP nº 381 de 04 de março de 2020 e Circular SUSEP nº 598 de 19 de março de 2020. A Companhia tem por objeto social operar com seguros de danos do grupo patrimonial nos ramos bicicletas e celulares e suas atividades comerciais se iniciaram em outubro de 2022. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 28 de fevereiro de 2023.

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas que atuam no modelo regulatório experimental do Sandbox, nos termos da Resolução 381, de 04 de março de 2020, incluindo os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com a referida resolução e não incluem os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) por ter sido autorizada a operar somente após a publicação da Portaria SUSEP nº 8017, de 11 de outubro de 2022. **b. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção das provisões técnicas que seguem os critérios da SUSEP por meio da Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020 e dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas e julgamentos em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **e. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. **f. Base para mensuração:** Um ativo financeiro não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse pressuposto. A Companhia possui a licença para operar no Sandbox Regulatório da Susep até outubro de 2025, no entanto, antes do término do prazo legal a Companhia pretende solicitar autorização definitiva da SUSEP para operar como Seguradora na categoria de segmentação S3, conforme Resolução CNSP nº 388, de 08 de setembro de 2020.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalente de caixa classificado como "caixa restrito", bem como itens de caixa e equivalente de caixa dados como garantias a terceiros. Um ativo financeiro é classificado como caixa no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: **a.** Valor justo por meio do resultado; e **b.** Empréstimos e recebíveis. A Resolução nº 381 de 4 de março de 2020 estabelece que as sociedades seguradoras participantes do Sandbox Regulatório devem seguir os critérios para o registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas dispostos no Capítulo I do Título II da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, além daqueles dispostos na regulação vigente do Conselho Monetário Nacional que se aplica às sociedades seguradoras. **Ativos financeiros desclassificados:** Um ativo financeiro não é classificado como caixa classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. **c. Redução ao valor recuperável (Impairment):** Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Ativos financeiros são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: **a.** Indisponibilidade ou atrasos do devedor; **b.** Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; **c.** O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e **d.** Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado ao seu valor justo. **d. Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidas inicialmente ao valor justo. **e. Hierarquia do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em

uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **• Nível 3** - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis do mercado (inputs não observáveis). Os títulos de renda fixa privados têm seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira e se aproximam ao seu valor de mercado. **f. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão passiva é reconhecida em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui ativos contingentes ativos passivos. **g. Classificação dos contratos de seguros:** O CPC 11 define que um contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. A Administração da Companhia procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pela SUSEP. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão da respectiva apólice ou pelo início da vigência do risco para riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. **h. Provisões Técnicas:** A regulamentação vigente que institui regras e procedimentos relacionados às Provisões Técnicas das sociedades seguradoras participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) é a Resolução CNSP nº 381 de 4 de março de 2020. De acordo com esta Resolução, a Companhia constitui as seguintes provisões técnicas: **A. Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG** é calculada com base em 50% dos prêmios emitidos no mês e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. **A. Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL** é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo. **A. Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR** representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Esta provisão é calculada com base em 20% dos sinistros avisados nos últimos 3 meses. **1. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes da data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. **J. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Refere-se orientação revista sobre Exercícios anuais a classificação e mensuração de iniciados a partir de 1º instrumentos financeiros, um novo de janeiro de 2018.	modelo de perda esperada de Somente será aplicável crédito, para o cálculo da redução quando referendado ao valor recuperável de ativos pela SUSEP financeiros e novos requisitos sobre a contabilização do hedge
IFRS 17 - Contratos de Seguros	Estabelece princípios para o Exercícios anuais reconhecimento, a mensuração, a iniciados a partir de 1ª apresentação e a divulgação dos de janeiro de 2023.	Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP
ICPC 22 -	Esclarece como aplicar os Exercícios anuais Incerteza sobre requisitos de reconhecimento e iniciados a partir de 1º tratamento de mensuração quanto há incerteza de janeiro de 2019.	Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração não finalizou a avaliação dos efeitos dos novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais efeitos.

5 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A SUSEP estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros: **a. Risco de seguros: Estratégia de subscrição:** A Companhia realiza um processo de seleção de riscos com base em perfis de interesse, visando atingir uma frequência de sinistros apropriada para a carteira e minimizar incidentes de fraude. Os perfis de interesse para os produtos de cobertura de Ramos bicicletas e celulares são avaliados por meio de modelos e tecnologias proprietárias para atingimento de resultados consistentes e redução de vieses de julgamento humano. **b. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surge principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros. Do ponto de vista dos recebíveis, a Companhia realiza cobranças mensais via cartão de crédito, com captura de recebível no início da vigência do contrato. Esses recebíveis se caracterizam como líquidos e certos, conferindo um risco de crédito reduzido para a Companhia. Os ativos financeiros da Companhia são alocados com base em uma política de elevada liquidez e baixo risco, concentrando-se em CDBs. Composição da carteira por classe e por categoria contábil:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022		
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)		
	Notas	2022
Variáveis emitidos	16.a	387
Variáveis das provisões técnicas de prêmios	16.b	(70)
Prêmios ganhos	16.c	317
(-) Sinistros ocorridos	16.d	(207)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	16.e	2
Despesas administrativas	17	(26)
Despesas com tributos	18	(15)
Resultado financeiro	19	94
(-) Resultado antes dos impostos e participações	165	165
Imposto de renda	(29)	(29)
Contribuição social	(23)	(23)
Lucro líquido do exercício	113	113
Quantidade de ações	100.000	100.000
Lucro por ação - RS	1,13	1,13

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022		
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)		
	Notas	2022
Lucro do exercício do exercício		113
Outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente		113

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	Rating BB-	Saldo contábil	2022
Caixa e equivalentes de caixa		3	3
Títulos e valores mobiliários	1.068	1.068	1.068
Exposição máxima ao risco de crédito	1.071	1.071	1.071

c. Risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Companhia gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. A Companhia estabelece políticas de investimento para medir e assegurar a liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações, voltada para a garantia da operação e crescimento, os recursos são alocados em liquidez imediata em fundos de investimentos para suprir as necessidades da companhia. **d. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, ações concorrenciais ou mudanças suas podem ter sobre a Companhia. A Companhia monitora esses riscos através de pesquisas, gestão de ativos financeiros e análises concorrenciais e testes de sensibilidade que demonstram os impactos possíveis no resultado. **Taxa de juros:** A Companhia gerencia seus ativos financeiros visando reduzir o impacto de uma mudança drástica nas taxas de juros, mantendo suas aplicações financeiras em títulos privados indexados à variação do CDI. Os impactos no resultado devido a uma oscilação na taxa de juros estão demonstrados abaixo:

Classe	Premissas	Saldo Contábil	Varição	31/12/2022	Impacto no Resultado
Ativos	Aumento de 3%				
Financeiros	na taxa CDI	1.068	4		3,9%
Ativos	Redução de 3%				
Financeiros	na taxa CDI	1.068	(4)		(3,9%)

e. Risco operacional: A Companhia define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. **Sinistralidade:** Os impactos no resultado devido a variação na sinistralidade estão demonstrados abaixo:

Classe	Taxa de sinistralidade sem IBNR	Saldo contábil	Varição	31/12/2022	Impacto no resultado
Sinistralidade	54,25%	172	172	100%	

f. Risco de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pela CNSP e SUSEP. Vide Nota Explicativa nº 15.d.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022
Caixa e equivalentes de caixa	3
(a) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.	

7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado): A classificação das aplicações financeiras por categoria é apresentada da seguinte forma: Os ativos financeiros marcados a valor justo pelo resultado seguem os critérios adotados na determinação dos valores de mercado, conforme estabelece o CPC 46, de Nível 2 na hierarquia do valor justo.

31/12/2022	Saldo contábil	
Valor justo por meio do resultado		
Fundo BTG Pactual	1.068	
b. Movimentação das aplicações		
2021 Aplicações Resgates Rendimentos	2022	
Fundo BTG Pactual	- 1.000	(27)
95	1.068	

c. Ativos em cobertura de provisões técnicas:

	2022
Aplicação financeira vinculada	1.068
Direitos creditórios	243
Total dos ativos em cobertura	1.311
Provisões Técnicas - Seguros	(198)
Total a ser coberto	(118)
Excedente de Cobertura	1.113

8 CRÉDITO DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

a. Operações com seguros:

	2022
Seguros	415

9 PARTES RELACIONADAS

A administração define como partes relacionadas à Fulo Seguradora S.A. o pessoal-chave da administração da Companhia, conforme definições contidas no CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas. As transações entre as empresas do Grupo ocorreram de acordo com características acordadas entre as partes, as quais podem diferir das condições usuais de mercado. **a. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não remunerou ao pessoal-chave da Administração. **b. Partes relacionadas - ativo e passivo:**

	2022
Créditos a receber	415
Sinistros a pagar	(172)
Total	243

Valores a pagar e receber para empresa do Grupo Kakau Inovação Serviços de Tecnologia Ltda, que administrou parte das operações da Companhia durante os primeiros meses de operação.

10 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2022
Prestação de serviços	1

11 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS À RECOLHER

	2022
Imposto sobre operações financeiras - IOF	29
COFINS	11
PIS	1
Total impostos e encargos sociais a recolher	41

12 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES À RECOLHER

	2022
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	25
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	18
Total impostos e encargos sociais a recolher	43

13 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2022
Outras contas a pagar	10
Valor referente ao recolhimento de impostos efetuados pelos sócios que deverão ser reembolsados pela Companhia.	

DIRETORIA

Marcelo Francisco Loro Diretor	Maurício Gonçalves Camilo Pinto Contador - 1SP145786/O-7 - CPF 063.394.778-44	Leonardo da Silva Tersino Atuário: MIBA 1686 - CPF 222.183.678-23
-----------------------------------	--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), e pelos controles internos que ela determinou ou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Relatório da Administração - Exercício de 2022

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

No exercício de 2022, em razão do processo de reorganização societária negociado entre os acionistas, cuja formalização deu-se pela assinatura de contrato de compra e venda de participações societárias entre as partes em 13.09.2022, as orientações estratégicas da Administração basearam-se: No âmbito comercial, na adequação da estratégia junto ao canal de distribuição de corretores através da oferta de produtos de maior capacidade de geração de rentabilidade técnica, alterando o Mix produto pela oferta de produtos patrimoniais, prestamista e ampliação da oferta de produtos de crédito para administradoras de consórcio.

No âmbito técnico, no desinvestimento das carteiras de vida em grupo, fortemente impactadas pela sinistralidade e pela Covid-19 ao longo dos últimos exercícios, bem como na revisão e fortalecimento das regras de subscrição dos produtos em geral, especialmente no seguro de crédito interno. No âmbito das operações a Administração da Companhia segue fortalecendo seus processos digitais desde a venda, operatividade e gestão de parceiros de negócios, bem como, nas rotinas de

backoffice operacionais e financeiros transformando a Companhia em uma Seguradora Digital com investimentos em plataformas tecnológicas robustas, de mercado e infraestrutura modernizada. Ainda que os níveis de exposição à Covid-19 tenham reduzido a Companhia em conjunto com seus acionistas, ao longo do exercício, segue monitorando seus reflexos e garantido a manutenção de suas atividades, de forma, a garantir a continuidade dos serviços de atendimento aos segurados, das redes de distribuição, da atividade comercial, das rotinas de backoffice, bem como, do bem-estar e preservação das condições sanitárias para seus empregados e prestadores de serviço.

A Companhia registrou prêmios ganho de R\$ 250,8 milhões, representando um crescimento de 2,8% em relação ao exercício anterior, que indica crescimento da atividade econômica da seguradora.

O resultado financeiro líquido da Companhia, ao final do exercício, foi de R\$ 10,6 milhões, sendo que as aplicações financeiras alcançaram o patamar de R\$ 157,0 milhões e as provisões técnicas totalizaram R\$ 136,4 milhões, enquanto o patrimônio líquido atingiu o patamar de R\$ 71,4 milhões. No exercício, a Companhia apurou um prejuízo líquido de R\$ 61,7 milhões, impactados pelo resultado técnico e pela baixa de ativos fiscais, em razão, da perspectiva de não efetiva realização em curto prazo. Não obstante a Administração segue nas estratégias de eficiência de custos operacionais,

administrativos e de conformidade, como pilares para reposicionamento da empresa e de retomada da capacidade de venda e de geração de resultado para os próximos exercícios. Todos os projetos estruturados e executados pela Companhia de Seguros Previdência do Sul seguem os princípios de responsabilidade social e ambiental e gestão sustentável dos negócios.

Considerações Finais e Agradecimentos
A COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL agradece o apoio e a confiança dos seus acionistas.

Agradecemos, também, o apoio recebido da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), aos resseguradores, CNEG, corretores de seguros e, em particular, dos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do corpo funcional da COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL. O apoio e a dedicação, mais uma vez demonstrados por todos, são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023
A Administração

Balanco Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		176.043	138.659	CIRCULANTE		171.938	178.626
Disponível		8.743	11.414	Contas a pagar		21.678	16.110
Caixa e bancos		8.743	11.414	Obrigações a pagar	11	13.842	11.472
Aplicações	6	64.685	17.110	Impostos e encargos sociais a recolher		2.050	2.499
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	29.813	47.600	Encargos trabalhistas		1.266	1.690
Prêmios a receber		17.862	37.513	Impostos e contribuições		124	134
Operações com resseguradoras	16.3	11.251	10.087	Outras contas a pagar		4.396	315
Outros créditos operacionais			45	Débitos de operações com seguros e resseguros		12.468	17.379
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	16.3	3.418	4.072	Prêmios a restituir		1.911	333
Títulos e créditos a receber		46.175	55.118	Operações com seguradoras		755	755
Títulos e créditos a receber	8.1	45.417	52.278	Operações com resseguradoras	16.3	2.460	1.936
Créditos tributários e previdenciários	8.2	363	2.529	Corretores de seguros e resseguros	19	7.406	15.240
Outros créditos		395	311	Outros débitos operacionais		36	(885)
Despesas antecipadas		959	1.024	Depósitos de terceiros	12	9.173	21.152
Custos de aquisições diferidos	16.1	3.150	2.276	Provisões técnicas - seguros	16	127.909	122.193
Seguros		3.150	2.276	Danos		78.266	79.108
ATIVO NÃO CIRCULANTE		85.107	194.509	Pessoas		47.911	42.380
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		76.633	180.424	Vida individual		1.732	705
Aplicações	6	72.325	141.527	Outros débitos		710	1.792
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	16.3		121	Débitos diversos	20.1	710	1.792
Títulos e créditos a receber		2.632	33.183	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		17.850	19.204
Títulos e créditos a receber	8.1	97	179	Provisões técnicas - seguros	16	8.538	8.958
Créditos tributários e previdenciários	8.2	913	31.282	Danos		185	192
Depósitos judiciais e fiscais	15.1	1.356	1.305	Pessoas		8.330	8.766
Outros créditos		266	417	Vida individual		23	-
Outros valores e bens	9.1	1.480	4.786	Outros débitos		8.863	7.579
Despesas antecipadas		62	85	Provisões judiciais	15.1	8.863	7.579
Custos de aquisição diferidos	16.1	134	722	Débitos diversos	20.1	449	2.767
Seguros		134	722	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.362	135.238
Investimentos	10	324	324	Capital social	21.1	92.659	16.358
Participações societárias		324	324	Reservas de capital	21.2	-	16.358
Imobilizado	17	1.369	2.819	Reservas de lucros	21.2	-	32.715
Bens móveis		692	1.229	Ajuste de avaliação patrimonial		(8.690)	(6.494)
Outras imobilizações		677	1.590	Prejuízos acumulados		(12.607)	-
Intangível	18	6.781	10.942	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		261.150	333.168
Outros intangíveis		6.781	10.942				
TOTAL DO ATIVO		261.150	333.168				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

Discriminação	Capital Social		Reservas de		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
	31/12/2022	31/12/2021	Capital	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	92.659	16.358	53.588	4.912			167.515
Dividendos complementares: AGOE nº 220 de 30.03.2021	-	-	(590)	-	-	-	(590)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(11.406)	-	-	(11.406)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(20.281)	(20.281)
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva de lucros	-	-	(20.281)	-	-	20.281	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	92.659	16.358	32.715	(6.494)			135.238
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(2.196)	-	-	(2.196)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(61.680)	(61.680)
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	-	-	(3.479)	-	-	3.479	-
Reserva de lucros	-	(16.358)	(29.236)	-	-	45.594	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	92.659			(8.690)		(12.607)	71.362

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia de Seguros Previdência do Sul ("Companhia"), tem como controladora direta a CNP Participações em Seguros Ltda., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances. A Companhia atua no mercado brasileiro de seguros há mais de 116 anos, tendo sido fundada em 1º de agosto de 1906, com atividade direcionada em operações de seguros nos ramos de pessoas, patrimônio e riscos financeiros (vida em grupo, acidentes pessoais, prestamista, residencial, empresarial e crédito interno).

A Companhia está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todo o País, tendo sua casa matriz situada em São Paulo/SP e possui sucursais nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

1.1. Cisão

1.1.1. Contrato de compra e venda para aquisição de participação acionária

No dia 13 de setembro de 2022, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade Participações S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que era controladora indireta da Companhia, firmaram um contrato de compra e venda de participações societárias, de um lado a CNP se obrigou, por si ou por uma de suas afiliadas, a adquirir da Caixa Seguridade, entre outros termos e condições previstos no Contrato, a totalidade da participação societária indiretamente detida pela Caixa Seguridade, na Companhia.

1.1.2. Reestruturações internas

Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do acordo firmado entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade, mencionado na nota 1.1.1 acima, foram realizadas operações societárias de cisão, conforme descrito a seguir.

No dia 31 de outubro de 2022, foi feita a transferência do controle acionário direto, até então, detido pela CNP Participações Segurárias Ltda., para a CNP Participações em Seguros Ltda. No momento seguinte, ainda na mesma data, foi feita a Cisão parcial da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que até então era a controladora indireta da Companhia, através do controle na CNP Participações em Seguros Ltda., transferindo o investimento para os acionistas indiretos, conforme proporção a seguir:

- CNP Assurances - 50,75%
- CNP Assurances Latam Holding Ltda. - 1%
- Caixa Seguridade - 48,25%

1.1.3. Movimentações futuras

Para a conclusão das operações, necessárias para cumprir o contrato mencionado na nota 1.1.1, a CNP fará a aquisição da participação acionária da Caixa Seguridade.

2. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.1. Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP".

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda

Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "mensurados ao valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os ativos dos fundos de investimentos abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com o critério e informações a seguir:

- Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA;
- Fundos de Investimentos: registrados com base nos valores das quotas divulgados pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. Impairment

2.5.1. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios utilizados pela Companhia para identificar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- o dificuldade financeira relevante do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

2.5.2. Operações de seguros e resseguros

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável (RVR) sobre operações de seguros diretos, por meio de um estudo de inadimplência, conforme determina a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, baseado em estudo técnico que considera o histórico de perdas de 48 meses e os riscos de inadimplência segregados por faixa de vencimentos. A aplicação dos percentuais é feita nos agings de prêmios vencidos e faz tratamento para as parcelas vencidas de um devedor em atraso.

A redução ao valor recuperável para ativos de resseguro é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 180 dias da data do vencimento do crédito, exceto para as operações de resseguro de crédito interno, o qual a Companhia mensalmente acompanha os sinistros considerando as flutuações devido a ressarcimentos, adimplência dos consorciados e encerramento dos sinistros. De acordo com o estudo, não há indícios para constituição de redução ao valor recuperável para operação de crédito interno.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a provisão para riscos sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

2.5.3. Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado e reconhecido contabilmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Uma perda de valor é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor do bem não exceda o valor contábil que tenha sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda do valor não tivesse sido reconhecida.

2.6. Ativos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

2.7. Imobilizado e intangível

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme o caso, somente quando forem prováveis que estes custos fariam benefícios econômicos futuros associados ao item e que os custos do item possam ser mensurados com segurança. As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, as taxas utilizadas são: i) móveis, máquinas e equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática de 5% a 10%; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a. O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 5% a.a.

2.8. Avaliação de ativos e passivos

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo, incluindo os respectivos rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito desses ativos para o valor de mercado de sua liquidação. Os demais passivos são demonstrados por valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.8.1. Provisões técnicas e custo de aquisições diferidos

As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. A Companhia constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vígentes e Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses, a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores que as áreas operacionais e jurídicas estimam serem necessários para arcar com os valores atualizados de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por tipologia, a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNER), com o objetivo de cobrir as reavaliações dos valores de indenização dos sinistros realizadas posteriormente à constituição inicial da PSL, reavaliações estas que poderão se dar ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final, sendo estimada pelo método Chain Ladder com observações de 8 trimestres para o grupo de Vida e 8 trimestres para o grupo de Crédito.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço que é estimada pelo método Chain Ladder e Bornhuetter-Ferguson, com observações de 12 trimestres para o grupo de Vida e 8 trimestres para o grupo de Crédito.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCO) é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é calculado de acordo com as determinações especificadas na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações.

2.8.2. Tábua

Os principais produtos da Companhia, os quais são responsáveis por aproximadamente 99% da arrecadação total, são os ramos Crédito Interno - 0748, Vida - 0993, Acidentes Pessoais - 0982, Prestamista - 0977, Auxílio Funeral - 0929 e Eventos Aleatórios - 0990, os quais, exatamente por serem coletivos, não guardam uma taxa de carregamento fixa e, da mesma forma, não mantêm um percentual fixo para despesas de comercialização, pois tais parâmetros são aderentes às condições de cada grupo segurado e respectivo estipulante. Na estrutura de custo destes planos, pelas suas características, não são consideradas taxas de juros, pois eles são precificados com base na observação de sua sinistralidade histórica, entretanto, no caso do Ramo Vida - 0993, a precificação considera como referência mínima as taxas da Tábua de mortalidade AT-1983M.

Os parâmetros máximos dos carregamentos de despesas comerciais, administrativas e margem de lucro estão dispostos abaixo, segmentados por ramo:

Ramo	Produto	Taxas de Carregamento
		Comercialização: até 70,00% Despesas Administrativas: 15,00% Margem de Lucro: 5,00%
14	SEGURO RESIDENCIAL	Comercialização: até 50,00% Despesas Administrativas: 15,00% Margem de Lucro: 5,00%
18	SEGURO EMPRESARIAL	Comercialização: até 50,00% Despesas Administrativas: 15,00% Margem de Lucro: 5,00%
48	QUEBRA DE GARANTIA	Comercialização: até 50,00% Despesas Administrativas: 15,00% Margem de Lucro: 5,00%
77	PRESTAMISTA	Comercialização: até 80,00% Despesas Administrativas: até 15,00% Margem de Lucro: 5,00%
82	ACIDENTES PESSOAIS COLETIVOS	Comercialização: até 70,00% Despesas Administrativas: 15,00% Margem de Lucro: 5,00%
90	EVENTOS ALEATÓRIOS	Comercialização: até 50,00% Despesas Administrativas: 15,00% Margem de Lucro: 5,00%
93	VIDA EM GRUPO	Comercialização: até 70,00% Despesas Administrativas: 15,00% Margem de Lucro: 5,00%

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONST



continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.12. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação nos períodos de janeiro de 2021 a junho de 2021 e janeiro de 2022 a julho de 2022. A Lei nº 14.183 de 2021 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, sendo essa a alíquota aplicada nesse período. Com base na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, que converteu a Medida Provisória 1.115/2022, a qual elevou a alíquota da Contribuição Social das pessoas físicas de seguros privados para 16%, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a Companhia aplicou essa alíquota.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram baixados em 31 de dezembro de 2022, pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, quando aplicável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são constituídos pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.

2.13. Arrendamento

Definição de arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICP 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2021.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

2.14. Normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas e não adotadas pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

Circular SUSEP nº 678 - A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012, dentre as alterações trazidas na norma tema reformulação nas Demonstrações de Resultados para operações de Seguros e Arrendamento do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estas alterações vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos, e concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 17 - Contratos de seguro: Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A norma IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11, aplicando-se a todos os tipos de contratos de seguros, independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A Companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

A Companhia possui certos contratos que são classificados como contratos de seguro devido à transferência significativa de risco de seguro. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área onde a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, atuários e especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

3.2. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para processos fiscais, cíveis e trabalhistas
 A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões seguindo o CPC 25.

3.3. Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber de segurados.

3.4. Estimativas de recuperação de créditos tributários

Após estudos promovidos pela Administração, a Companhia optou pela baixa dos ativos diferidos até então constituídos, dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia baixou todos os valores até então registrados de créditos tributários sobre adições temporárias e prejuízos fiscais dos exercícios de 2021 e 2022, que estavam registrados no ativo, permanecendo com esses valores controlados em registros auxiliares fiscais, para aproveitamento fiscal, seguindo a regra de aproveitamento emitida pela Receita Federal do Brasil. Os valores de créditos não reconhecidos estão sendo demonstrados na nota 8.2.2.

3.5. Estimativas de ressarcimentos

A constituição da estimativa de ressarcimento futuro é o valor apurado do ressarcimento que virá a ocorrer dos sinistros que já foram pagos, porém ainda não tiveram os ressarcidos avisados. A metodologia estuda o comportamento histórico dos recebimentos dos ressarcimentos dos sinistros pagos, atualmente utilizamos um triângulo de desenvolvimento com 36 meses de observação. O estudo será avaliado com frequência mínima mensal e máxima anual, conforme descrito em NTA própria.

4. Gerenciamento de risco

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA)*, foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.926, de 24/06/2021. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.

O processo de Gestão de Riscos compreende os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco. As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o dashboard (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da companhia;

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível a colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento de relatos pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Risco de mercado

4.1.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descausamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

4.1.2. Análise de sensibilidade das taxas de juros

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: disponível para venda e valor justo por meio do resultado.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras e o choque de 100 *basis point* na curva de juros. Este cenário contempla variações da curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	Value-at-Risk	DV-1
Juros Prê	462 (1.298)	-
Total	462 (1.298)	-

4.1.3. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimento da Companhia dos títulos classificados na categoria disponível para venda possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Taxa de juros contratada	31/12/2022	31/12/2021
	5,55% a 7,83% a.a.	5,54% a 7,82% a.a.
	6,77 a.a.	6,76% a.a.

Letras do tesouro nacional

Notas do tesouro nacional - F

4.1.4. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-Risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando um determinado intervalo de 99% de confiança. Para determinar os fatores que compõem a matriz de fatores, foram utilizadas a metodologia *Value at Risk (VaR)* paramétrico, proposto pelo JPMorgan através do *Riskmetric*, e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar alguma perda para o Grupo. As áreas-chave em que o Grupo está exposto ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a recebíveis; e vi) emissor dos títulos e valores mobiliários.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras.

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos à exposição são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia.

Composição dos ativos	31/12/2022					31/12/2021				
	A+	A	A-	BB-	Total	A+	A	A-	BB-	Total
Valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	9.248	-	-	-	-	1.888
Fundos	-	-	-	-	9.248	-	-	-	-	15.218
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	1.870	1.870
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	-	-	-	18	18
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Disponíveis para venda	-	-	147.762	-	147.762	-	-	141.527	-	141.527
Letras do tesouro nacional	-	-	97.507	-	97.507	-	-	89.901	-	89.901
Notas do tesouro nacional	-	-	50.255	-	50.255	-	-	51.626	-	51.626
Créditos das operações com seguros	-	-	-	28.913	28.913	-	-	-	47.600	47.600
Créditos das operações com resseguros	597	1.330	1.491	-	3.418	1.121	21	2.875	176	4.193
Exposição máxima ao risco de crédito	597	1.330	1.491	147.762	38.161	189.341	1.121	21	2.875	176

4.3. Risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.

Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Controle Interno o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos operacionais, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

- Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais a Gerência de Controle Interno deve:
 - Atuar efetivamente como segunda linha de defesa.
 - Propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, conformidade, de governança de riscos, de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva.
 - Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles.
 - Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle.
 - Orientar e apoiar os managers na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
 - Dissaminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.
- Os managers, além de suas responsabilidades específicas à função, devem:
 - Atuar efetivamente como primeira linha de defesa.
 - Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.
 - Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos.
 - Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico.

A Diretoria Executiva define políticas, que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

4.4. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descausamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender às demandas recorrentes.

A Política de Liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu casamento. Além disso, a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

	Até 1 ano	Mais de 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Valor justo por meio do resultado (1)	9.248	-	-	9.248
Disponíveis para venda (1)	75.377	72.325	-	147.702
Prêmios a receber de segurados	17.662	-	-	17.662
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	57.063	363	-	57.426
Ativos de resseguro - provisões técnicas (3)	3.418	97	-	3.515
Total dos ativos financeiros (1)	162.828	72.785	-	235.613
Provisões técnicas de seguros (2)	32.324	100.429	827	133.580
Passivos financeiros	44.029	449	-	44.478
Total dos passivos financeiros	76.353	100.878	827	178.058

	Até 1 ano	Mais de 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Valor justo por meio do resultado (1)	15.240	1.870	-	17.110
Disponíveis para venda (1)	-	141.527	-	141.527
Prêmios a receber de segurados	37.513	-	-	37.513
Títulos e créditos a receber/créditos de operações	62.721	596	-	63.317
Ativos de resseguro - provisões técnicas (3)	1.037	3.146	10	4.193
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	11.414
Total dos ativos financeiros (1)	127.925	147.139	10	275.074
Provisões técnicas de seguros (2)	21.280	109.496	375	131.151
Passivos financeiros	56.433	-	-	56.433
Total dos passivos financeiros	77.713	109.496	375	187.584

(1) Os fluxos do ativo são compostos em sua maioria por títulos públicos na categoria disponível para venda ou valor justo por meio do resultado que, em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa de curto prazo;

(2) O fluxo dos passivos considerou a projeção de esgotamento das provisões técnicas, sendo calculados apenas pelos valores a serem cobertos;

(3) Na composição dos Ativos de resseguro - provisões técnicas há a exclusão dos ativos redutores.

4.5. Riscos de Seguro/Subscrição

O Risco de Seguro é o risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora, ou seja, é o risco que a seguradora aceita do segurado em troca de um prêmio. A Companhia define risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

Quando a seguir demonstra a concentração de risco por região e por ramo baseado nos prêmios ganhos no período:

a. Bruto de resseguro

Região geográfica	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Total
Patrimonial	1	1.249	423	498	2.171
Responsabilidades	-	-	164	-	164
Riscos financeiros	-	-	107.219	-	107.219
Pessoas coletivo	15.356	5.113	56.001	52.683	129.153
Pessoas individual	244	274	1.553	9.978	12.049
Total	15.601	6.636	165.360	63.159	250.756

Região geográfica	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Total
Patrimonial	-	522	296	1.195	2.013
Responsabilidades	-	55	4	361	420
Riscos financeiros					



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
 CNPJ: 92.751.213/0001-73

★ continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a.2) Sinistros judiciais	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Data de Aviso	931	2.086	1.186	1.732	852	1.196	979	725	2.264	5.400	-
No ano do aviso	1.420	2.403	2.853	3.012	3.116	2.394	1.913	2.188	3.413	-	-
1 ano depois	2.567	3.504	3.893	5.107	3.460	3.418	3.969	3.557	-	-	-
2 anos depois	3.246	4.040	4.564	3.986	5.139	5.373	4.995	-	-	-	-
3 anos depois	3.558	3.797	3.845	4.503	5.342	6.069	-	-	-	-	-
4 anos depois	3.600	3.837	3.900	6.683	5.617	-	-	-	-	-	-
5 anos depois	3.905	3.720	4.001	6.287	-	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	3.771	3.754	3.907	-	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	3.684	3.768	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	3.616	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	3.616	3.768	3.907	6.287	5.617	6.069	4.995	3.557	3.413	5.400	46.630
Estimativa corrente	3.255	3.656	3.443	5.226	3.165	3.297	2.827	1.109	1.708	2.889	30.576
Pagamentos acumulados até a data-base	361	112	464	1.061	2.452	2.772	2.168	2.448	1.705	2.511	16.054
Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.245
Passivo em relação a anos anteriores a 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.299
Total do passivo incluído no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.299

b) Sinistros líquidos de resseguro	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Data de Aviso	47.364	42.696	56.770	68.693	95.503	115.586	121.831	97.455	101.622	111.101	-
No ano do aviso	47.791	42.586	55.832	66.059	92.695	122.278	136.545	118.600	107.747	-	-
1 ano depois	47.750	42.457	55.692	64.779	99.209	136.638	146.156	135.139	-	-	-
2 anos depois	47.640	42.531	55.700	64.904	103.106	140.323	149.009	-	-	-	-
3 anos depois	47.671	42.548	55.662	65.016	102.535	142.240	-	-	-	-	-
4 anos depois	47.727	42.152	55.662	65.023	102.816	-	-	-	-	-	-
5 anos depois	47.664	42.121	55.662	-	-	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	47.666	42.121	55.662	-	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	47.670	42.121	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	47.670	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	47.670	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	47.670	42.121	55.662	65.023	102.816	142.240	149.009	135.139	107.747	111.101	958.529
Pagamentos acumulados até a data-base	47.670	42.121	55.662	65.007	102.739	141.832	146.994	132.977	106.295	84.638	925.935
Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	16	77	408	2.015	2.162	1.452	26.464	34.610
Passivo em relação a anos anteriores a 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67.204
Total do passivo incluído no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67.204

(b.1) Sinistros administrativos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Data de Aviso	931	2.086	1.186	1.732	852	1.196	979	725	2.264	5.400	-
No ano do aviso	1.355	2.366	2.816	3.012	3.116	2.394	1.913	2.188	3.413	-	-
1 ano depois	2.455	3.460	3.787	5.107	3.366	3.418	3.969	3.557	-	-	-
2 anos depois	3.056	3.977	4.564	3.986	5.015	5.373	4.995	-	-	-	-
3 anos depois	3.300	3.654	3.735	4.503	5.249	6.069	-	-	-	-	-
4 anos depois	3.600	3.695	3.789	6.683	5.617	-	-	-	-	-	-
5 anos depois	3.905	3.577	3.890	5.787	-	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	3.770	3.611	3.797	-	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	3.616	3.625	3.797	5.787	5.617	6.069	4.995	3.557	3.413	5.400	45.877
8 anos depois	3.255	3.513	3.333	4.726	3.165	3.297	2.827	1.109	1.708	2.889	29.823
9 anos depois	361	112	464	1.061	2.452	2.772	2.168	2.448	1.705	2.511	16.054
Estimativa corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.245
Pagamentos acumulados até a data-base	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.300
Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.300
Passivo em relação a anos anteriores a 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.300
Total do passivo incluído no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.300

(b.2) Sinistros judiciais	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Data de Aviso	931	2.086	1.186	1.732	852	1.196	979	725	2.264	5.400	-
No ano do aviso	1.355	2.366	2.816	3.012	3.116	2.394	1.913	2.188	3.413	-	-
1 ano depois	2.455	3.460	3.787	5.107	3.366	3.418	3.969	3.557	-	-	-
2 anos depois	3.056	3.977	4.564	3.986	5.015	5.373	4.995	-	-	-	-
3 anos depois	3.300	3.654	3.735	4.503	5.249	6.069	-	-	-	-	-
4 anos depois	3.600	3.695	3.789	6.683	5.617	-	-	-	-	-	-
5 anos depois	3.905	3.577	3.890	5.787	-	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	3.770	3.611	3.797	-	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	3.616	3.625	3.797	5.787	5.617	6.069	4.995	3.557	3.413	5.400	45.877
8 anos depois	3.255	3.513	3.333	4.726	3.165	3.297	2.827	1.109	1.708	2.889	29.823
9 anos depois	361	112	464	1.061	2.452	2.772	2.168	2.448	1.705	2.511	16.054
Estimativa corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.245
Pagamentos acumulados até a data-base	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.300
Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.300
Passivo em relação a anos anteriores a 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.300
Total do passivo incluído no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.300

(j) Os valores informados nos itens (a) e (b) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive subscumbência.

5. Discriminação das provisões de sinistros judiciais:	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	17.155	13.434
Total pago no período	(6.606)	(5.908)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	874	3.080
Quantidade de ações pagas no período	197	196
Novas constituições no período	3.625	3.243
Novas constituições referentes a citações do exercício-base	1.705	582
Novas constituições referentes a citações do exercício N-1	141	111
Novas constituições referentes a citações do exercício N-2	631	271
Novas constituições referentes a citações do exercício N-3 e anteriores	1.148	2.711
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	469	300
Redução da provisão por êxito	(1.726)	(129)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	7.359	2.940
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	493	3.575
Saldo final do período	20.300	17.155
Total de sinistros judiciais	20.300	17.155

6. Aplicações financeiras	31/12/2022	31/12/2021
6.1. Resumo da classificação das aplicações		
	Valor de Mercado	Valor de Custo Atualizado
Valor justo por meio do resultado	9.248	9.248
Fundos de investimento (não exclusivo)	9.248	17.111
Letras financeiras do tesouro	-	1.871
Operações compromissadas	-	19
Outros valores	-	3
Disponível para venda	147.762	156.452
Letras do tesouro nacional	97.507	101.145
Notas do tesouro nacional	50.255	55.307
Total	157.010	165.700

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.
6.2. Abertura por nível hierárquico
 A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como segue:
 • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.
 • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Valor justo por meio do resultado				
Fundos de investimento	9.248	9.248	15.218	15.218
Letras financeiras do tesouro	-	-	1.870	1.870
Operações compromissadas	-	-	19	19
Outros valores	-	-	3	3
Total	9.248	9.248	17.091	17.110

	31/12/2022		31/12/2021	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Disponível para venda				
Letras do tesouro nacional	97.507	97.507	89.900	89.900
Notas do tesouro nacional	50.255	50.255	51.626	51.626
Total	147.762	147.762	141.527	141.527

7. Prêmios a receber	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	158.637	186.249
Aplicações	15.312	112.210
Resgates	(31.150)	(136.125)
Rendimentos	12.078	15.365
Ajustes de títulos e valores mobiliários	2.133	(19.063)
Saldo final	157.010	158.637

7.1. Composição de prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo	31/12/2022	31/12/2021
	Prêmios a receber de seguros	Prêmios a receber líquido
Ramo		
Vida individual	1.061	1.679
Prestamista	5.127	4.652
Vida em grupo	4.158	1.613
Acidentes Pessoais	15.252	7.720
Residencial	185	134
Riscos financeiros	1.196	1.172
Empresarial	146	107
Demais ramos	2.382	1.051
Total	30.740	17.662

7.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	37.513	35.744
Prêmios emitidos	522.890	346.559
Prêmios cancelados	(255.378)	(96.964)
Reccebimentos	(278.202)	(244.600)
Prêmios de RVNE	649	(1.378)
Saldo	27.472	39.360
Constituição de provisão para perda	(9.810)	(1.847)
Saldo total	17.662	37.513

7.3. Prêmios a receber e provisão para risco de crédito por vencimento
--

COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

continuação Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2. Segregação em função da probabilidade de perda

	31/12/2022			Total
	Remota	Possível	Provável	
Cíveis	2.101	7.988	8.324	18.413
Trabalhistas	210	1.163	185	1.559
Natureza fiscal - Contingências (i)	39.299	67.022	—	106.321
Outras Obrigações	20	124	354	498
Total	41.930	76.297	8.863	127.090

(i) Os processos fiscais envolvendo COFINS estão detalhados nas notas 15.4 e 28.2.

15.3. Movimentação das ações

A movimentação das contingências relevantes pode ser resumida como segue:

	Saldo 31/12/2021	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2022
Contingências cíveis	6.697	12.737	(3.156)	(7.954)	—	8.324
Contingências trabalhistas	181	183	(179)	—	—	185
Outras Obrigações	701	232	(113)	(482)	—	354
Total	7.579	13.152	(3.448)	(8.436)	16	8.863

15.4. Ação judicial envolvendo COFINS

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado, em 01/12/2008, que reconheceu a manutenção da isenção da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, prevista na Lei Complementar nº 70/91, art. 11, parágrafo único, diante da revogação pela Lei nº 9.718/98, razão pela qual a Companhia não reconhece, nem provisiona o tributo relacionado a COFINS.

A União, por sua vez, ingressou com uma ação rescisória, em 30/11/2010, contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pleiteando a anulação da decisão que deu à Companhia o direito de não sujeição à COFINS, com objetivo de submeter a Companhia à incidência do referido tributo. A ação rescisória foi julgada improcedente por decisão do STJ que transitou em julgado em 08/04/2022, mantendo-se assim, a decisão favorável que transitou em julgado em 2008.

Durante o período de discussão judicial sobre a isenção da COFINS, a Companhia sofreu alguns autos de infração, sobre os valores em discussão e, com encerramento da ação de forma favorável, a Companhia requereu a baixa dos referidos autos de infração, com alguns pedidos atendidos e outros pendentes até o momento.

Os valores em risco considerados no demonstrativo da Nota 15.2, considera para 31 de dezembro de 2022: (i) os valores atualizados dos autos de infração ainda não baixados até a data de aprovação da Demonstração Financeira; (ii) o valor em risco referente aos últimos 5 anos, considerando multa e juros. O impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") ocorrida em 08 de fevereiro de 2023, que muda entendimento relacionado a coisa julgada em matéria tributária, poderá ser encontrada na Nota 28.2.

16. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos

Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:

16.1. Abertura por ramo

Ramos	31/12/2022					Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR		
Crédito interno	607	17.461	19.419	29.223	9.623	76.333	120
Vida em grupo	351	12.890	8.137	(688)	874	21.664	275
Acidentes pessoais coletivos	2.034	11.642	2.058	(122)	952	16.464	1.030
Responsabilidade civil - veículos	—	1.045	—	—	191	1.236	—
Prestamista	4.414	8.431	3.364	(329)	140	16.020	1.345
Compreensivo residencial	76	207	—	—	29	312	17
Compreensivo empresarial	253	8	—	—	4	265	52
Riscos de engenharia	—	57	—	—	—	57	—
Demais ramos	1.431	1.724	720	(62)	283	4.096	445
Total	9.166	53.465	33.698	28.022	12.096	136.447	3.284

Ramos	31/12/2021					Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR		
Crédito interno	607	17.461	19.419	29.223	9.623	76.333	120
Vida em grupo	351	12.890	8.137	(688)	874	21.664	275
Acidentes pessoais coletivos	2.034	11.642	2.058	(122)	952	16.464	1.030
Responsabilidade civil - veículos	—	1.045	—	—	191	1.236	—
Prestamista	4.414	8.431	3.364	(329)	140	16.020	1.345
Compreensivo residencial	76	207	—	—	29	312	17
Compreensivo empresarial	253	8	—	—	4	265	52
Riscos de engenharia	—	57	—	—	—	57	—
Demais ramos	1.431	1.724	720	(62)	283	4.096	445
Total	9.166	53.465	33.698	28.022	12.096	136.447	3.284

16.2. Movimentação

Saldo inicial em 01 de janeiro de 2022	31/12/2022					Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR		
Constituições	6.180	—	6.592	12.332	3.621	28.725	1.377
Diferimento/reversões	(2.827)	—	(3.844)	(10.025)	(820)	(17.516)	(1.091)
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	—	143.183	—	—	—	143.183	—
Pagamento de sinistros/benefícios/despesas de sinistro	—	(144.708)	—	—	—	(144.708)	—
Ajuste de estimativa de salvados e ressarcidos	—	—	(7.571)	(5.042)	—	(12.613)	—
Atualização monetária e juros	—	1.303	—	—	—	1.303	—
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	9.167	53.466	33.698	28.022	12.096	136.447	3.284

Saldo inicial em 01 de janeiro de 2021	31/12/2021					Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR		
Constituições	3.125	—	9.107	22.173	6.793	41.198	953
Diferimento/reversões	(7.142)	—	(2.402)	(2.349)	(1.256)	(13.149)	(2.324)
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	—	143.201	—	—	—	143.201	—
Pagamento de sinistros/benefícios/despesas de sinistro	—	(135.549)	—	—	—	(135.549)	—
Ajuste de estimativa de salvados e ressarcidos	—	692	(517)	3.892	—	4.067	—
Atualização monetária e juros	—	3.897	—	—	—	3.897	—
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	5.814	46.766	38.519	30.757	9.295	131.151	2.998

16.3. Operações com resseguradoras e ativos de resseguro

a) Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros pagos a recuperar	11.251	10.087
Operações com resseguradoras	11.251	10.087
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	405	1.524
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	2.163	1.955
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	850	714
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	3.418	4.193
Total	14.669	14.280

b) Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios cedidos	669	543
Ressarcimentos	1.791	1.382
Outros Débitos	—	111
Total	2.460	1.936

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de ramos	31/12/2022			31/12/2021		
	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (*)	% Retenção	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (*)	% Retenção
Patrimonial	2.313	362	84,34%	2.097	17	99,21%
Pessoas	142.246	233	99,84%	149.860	860	99,43%
Riscos Financeiros	107.219	3.406	96,82%	86.774	2.851	96,71%
Demais	178	—	—	421	—	—
Total	251.956	4.001	98,41%	239.152	3.727	98,44%

(*) Não inclui RVNE no valor de R\$ 649 (R\$ 1.378 em 31 de dezembro de 2021).

16.4. Garantia das provisões técnicas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	136.447	131.151
Total das exclusões	2.867	3.863
Provisões técnicas - Resseguro	2.567	3.479
Depósitos judiciais	300	384
Total a ser coberto	133.580	127.288
Total das provisões garantidoras:	157.011	158.637
Títulos da dívida pública	147.763	141.527
Quotas de outros fundos financeiros	9.248	17.110
Suficiência de cobertura	23.431	31.349
Suficiência de Ativos Garantidores (%)	17,54%	24,63%

17. Imobilizado

O ativo imobilizado está composto da seguinte forma:

	31/12/2022					Saldo final
	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciações	
Equipamentos	5 a 10	450	52	(46)	(123)	333
Móveis, máquinas e utensílios	10	667	—	(248)	(68)	351
Veículos	5	112	—	(34)	(70)	8
Beneficência em imóveis de terceiros	5	1.590	—	(480)	(433)	677
Total		2.819	52	(808)	(694)	1.369

18. Intangível

A composição do ativo intangível está composta da seguinte forma:

	31/12/2022						Saldo final
	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	
Sistemas aplicativos	5	482	—	(6)	—	(181)	303
Sistemas de computação	5	8.519	102	(78)	1.941	(4.386)	6.216
Sistemas de computação em desenvolvimento (a)	—	1.941	262	—	(1.941)	—	262
Total		10.942	364	(84)	—	(4.567)	6.781

(a) Sistemas em desenvolvimento não são amortizados. A amortização ocorre a partir da conclusão do sistema na conta Sistemas de computação.

19. Corretores de seguros e resseguros

Apresentamos a seguir informações referentes às operações com corretores de seguros e resseguros:

	31/12/2022	31/12/2021
Corretores de seguros e resseguros	177	3.997
Comissões a pagar de seguros	11.696	12.244
Comissões e juros sobre prêmios	(4.467)	(1.001)
Total	7.406	15.240
Circulante	7.406	15.240

20. Débitos diversos

20.1. Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

Saldo em 01 de janeiro de 2022	31/12/2022			Saldo em 31 de dezembro de 2022
	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido	
4.925	(365)	—	4.560	
—	—	256	256	
—	(2.115)	—	(2.115)	
—	(1.548)	—	(1.548)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.262	(103)	1.159	
Circulante	797	(87)	710	
Não circulante	465	(15)	449	

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 8,53% a.a. em 31 de dezembro de 2022.

21. Patrimônio líquido

O Capital Social, totalmente suscrito e integralizado, é de R\$ 92.659 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 92.659), e está representado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 por 1.288.700.000 ações Ordinárias Nominativas.

21.2. Reserva de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. Não apresentou saldo em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R\$ 3.479).

b. Outras reservas de lucros e capital é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considero o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. Não apresentou saldo em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R\$ 45.594).

21.3. Gestão de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

22. Patrimônio líquido ajustado - PLA, margem de solvência e capital mínimo requerido

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR). A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	31/12/2022	31/12/2021
Total	71.362	135.238
(-) Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no ext.	(9.502)	(39.883)
(-) Despesas antecipadas	(1.021)	(324)
(-) Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social	(15.488)	(15.488)
(-) Créditos tributários de dif. temporárias	(9.868)	(9.868)
(-) Ativos Intangíveis	(6.781)	(10.942)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(1.376)	(2.152)
(-) PLA Nível 3 - (C)	—	5.129
PLA Nível 1 - (A)	61.860	90.226
(+) Valor do ajuste = maior (0, menor (60% do item 2.3.1, limite def. no item 2.3.5)	51	840
(+) Valor do ajuste = menor (60% do item 2.4.17, limite def. item 2.4.19) (*)	1.384	840
PLA Nível 2 - (B)	1.435	840
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	—	5.129



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

★ continuação

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A., com base na Resolução CNSP nº 432/21, tendo alcance sobre a Previsul-Companhia de Seguros Previdência do Sul. Apesar da reorganização societária reportada na Nota Explicativa 1 - Contexto Operacional, a implementação das estruturas de controle e de governança na nova instituição líder encontra-se ainda em desenvolvimento em decorrência da necessidade de prévia aprovação das medidas pelos órgãos reguladores. Os acionistas pactuaram acordo segundo o qual poderá haver compartilhamento de estruturas (mediante ressarcimento das despesas), pelo período de até 12 meses a partir do *closing* da Empresa na antiga formatação societária.

Principais Atividades:

O Comitê realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente, dos representantes da auditoria independente e das áreas de auditoria interna, conformidade e integridade, riscos e controles internos, governança corporativa, ouvidoria, jurídico, contabilidade, financeiro, investimentos e atuária. Além disso, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comitê de Transações entre Partes Relacionadas. Essas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

No decorrer do exercício de 2022, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo os principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras, as notas explicativas, o relatório da administração e os relatórios dos auditores independentes, relativos a 31 de dezembro de 2022, da Previsul-Companhia de Seguros Previdência do Sul.

Conclusões:

- Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:
- Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 141 da Resolução CNSP nº 432/21;
 - Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;
 - Considerou os relatórios e as informações fornecidos pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativas dos seus trabalhos;
 - Considerou como satisfatória a evolução do sistema de controles internos;
 - Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes a 31 de dezembro de 2022 foram elaborados em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da empresa do Grupo.

Brasília, 27 de fevereiro de 2023
Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria
João Decio Ames
Rogério Vergara

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL, em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que

existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400
04719-002
São Paulo - SP - Brasil

Anexo I
Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022
1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	
Total de provisões técnicas auditadas	136.447
Total de ativos de resseguro	3.418
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	11.251
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2022
Provisões Técnicas Auditadas (a)	136.447
Valores redutores auditados (b)	2.967
Total a ser coberto (a-b)	133.580
3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	31/12/2022
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	32.418
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	32.418
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	63.295
Ajustes Econômicos do PLA	1.435
Exigência de Capital (CMR) (b)	32.418
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	30.877
Ativos Garantidores (d)	157.011
Total a ser Coberto (e)	133.580
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	23.431
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2022
1601	36
1602	180
0435	497
0234	809
0167	900
0169	936
0114, 0141, 0171, 0351	1.410
0980	1.418
0929, 1329	1.570
0116, 0977, 0982, 0984, 0987, 0993, 1061, 1065, 1381, 1384, 1391, 0990, 2293	3.165

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Seguros Previdência do Sul
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Previdência do Sul (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Seguros Previdência do Sul em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.8.1 e 16, a Companhia mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Para mensurar o teste de adequação de passivos, a provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem expectativa de sinistralidade e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação dos métodos e premissas chave relacionadas.	<ul style="list-style-type: none"> Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram: <ul style="list-style-type: none"> (i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos à provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de despesas relacionadas (PDR) e teste de adequação dos passivos. (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram. na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistralidade e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR e IBNeR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; na determinação, de estimativa independente das provisões técnicas (IBNR e IBNeR), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR, IBNeR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; (iii) testes de integridade e precisão das bases de dados de sinistros avisados e sinistros pagos, que contém as informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suportadas pelos registros contábeis; (iv) testes de existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de aviso e ocorrência, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportadas incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Passivo contingentes fiscais

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na nota explicativa nº 15.4 e 28.2, a Companhia possui decisão favorável que reconhece a isenção do recolhimento da COFINS que foi obtida por meio do mandado de segurança transitado em julgado em 1/12/2020. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF de 8/2/2023, a Corte considerou que uma decisão definitiva favorável ao contribuinte obtida em processo judicial afastando a incidência tributária, pode ser sobreposta por eventual decisão posterior contrária pelo STF, julgado sobre a mesma matéria. Desta forma, há um risco de reabertura da discussão sobre o trânsito em julgado obtido em mandado de segurança que garantia a isenção da COFINS à Companhia. Devido a relevância do valor em risco e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	<p>Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) confirmação com o assessor jurídico externo acerca do prognóstico da probabilidade de perda, o valor em risco; (ii) análise da opinião legal dos escritórios de advocacia especializados para corroborar a posição da Companhia; (iii) envolvimento de profissionais da área tributária com experiência e conhecimentos especializados, que auxiliaram na avaliação das opiniões dos assessores jurídicos acima referidos que suportam a posição da Companhia; e (iv) avaliação, se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

LWD Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 45.199.121/0001-42 - NIRE 35.238.549.592

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Considerando o envio, pelos sócios majoritários da **LWD Participações Ltda.** ("Sociedade"), em 14 de fevereiro de 2023, do Pedido de Convocação de Reunião de Sócios, bem como o não atendimento, pelo Diretor da Sociedade, de tal Pedido de Convocação de Reunião de Sócios, tem o presente a finalidade de convocar, nos termos do artigo 1.073 do Código Civil, os sócios da Sociedade, para a Reunião de Sócios a realizar-se na sede social, no município de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Serra Negra, nº 292, Anexo 326 - sala 03, bairro Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060, às 10 (dez) horas do dia 06 de março de 2023, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a) aprovar** a destituição do Sr. **Lincoln Dias Janota Antunes**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 17.277.718-5 SSP/SP inscrito no CPF/MF sob o nº 079.439.838-31, residente e domiciliado na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Wellington Barbosa Martins, nº 99, Chácara Malota, CEP 13211-500 ("Sr. Lincoln"); do cargo de Diretor da Sociedade, para o qual foi eleito pelo Instrumento Particular de Constituição da Sociedade, datado de 27 de dezembro de 2021 e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo no dia 08 de março de 2022; **(b) eleger** o Sr. **Washington Dias Janota Antunes**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.277.719-7 SSP/SP inscrito no CPF/MF sob o nº 079.439.838-31, portador da cédula de identidade RG nº 17.277.719-7 SSP/SP inscrito no CPF/MF sob o nº 079.439.838-31, residente e domiciliado na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua Professor Orlando Vicente D'angieri, nº 81, Chácara Malota, CEP 13211-540, para o cargo de Diretor da Sociedade; **(c) instruir** o voto a ser proferido pela Sociedade em reunião de sócios da **V3 Genetics Comercializadora Ltda.**, com sede social no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, no Stand 02, quadra 11, lote 07, do Parque de Exposições Fernando Costa, situado na Praça Vicentino Rodrigues da Cunha, nº 110, São Benedito, CEP 38022-330, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.558.390/0001-58, a fim de deliberar favoravelmente a destituição do Sr. Lincoln do cargo de administrador da referida sociedade e sua substituição pelo Sr. Washington; e **(d) autorizar** os administradores e/ou procuradores da Sociedade a firmarem todos os documentos e a protocolarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas, Cajamar, 23 de fevereiro de 2023. *Washington Dias Janota Antunes e Daniela Dias Janota Antunes Guerini - Sócios Majoritários da Sociedade.*

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: **1003759-02.2021.8.26.0007**. Classe: Execução de Título Extrajudicial Duplicata. Exequente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Exequatado: A Victor Domingo Mercadinho Me e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003759-02.2021.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Alessandro Marcondes França Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao(a) ANCELINO VICTOR DOMINGUES, Brasileiro, CPF 164.951.148-30, com endereço à Rua Gemesos, 61, Cidade Satélite Santa Barbara, CEP 06330-580, São Paulo - SP e a A VICTOR DOMINGUES MERCADINHO ME, CNPJ 0219094200105, com endereço à Gemesos, 61, Cidade Satélite Santa Barbara, CEP 06330-580, São Paulo - SP, que he foi proposta Execução de Título Extrajudicial por parte de Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A, que apresentou o título executivo que embaixa presente execução, sob o fundamento que a obrigação assumida não foi adimplida pelo(s) executado(s). Assim, foi deferida a expedição de mandado para pagamento. Encontrando-se o(s) executado(s) em lugar incerto e não sabido, foi determinada a citação por EDITAL para pagar(em) a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de dez por cento, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, fica consignado que, em caso de pagamento integral no prazo destinado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade. O(s) executado(s) poderá(ão) também, desistir de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Por fim, consignar-se que caso não cumpram(m) o mandado no prazo e os embargos não forem opostos, o(s) executado(s) será(ão) considerado(s) revelê(tem), caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de fevereiro de 2023. 28/02 e 01/03/23

EDITAL DE INTIMAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0001993-52.2022.8.26.0020**. Classe: Assunção: Cumprimento de sentença - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução - Causas Superiores à Sentença. Exequente: Banco Bradesco S/A. Exequatado: QT de Lira Acessórios para Academia (QUITERIA TAVARES DE LIRA-Repres. Legal) EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001993-52.2022.8.26.0020. A MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dra. Sabrina Salvador Sandy Severino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a QT DE LIRA ACESSÓRIOS PARA ACADEMIA, CNPJ 17.396.591/0001-60, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Banco Bradesco S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, para que, no prazo de 15 (quinze) dias (quince) dias (15 dias), compareça ao Juízo para o cumprimento da obrigação assumida, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) do Código de Processo Civil. Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias (15 dias) para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente a situação dos seus bens e a situação patrimonial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de fevereiro de 2023. 25 e 28 /02/23

Trade Latam Comércio de Atacado e Varejo Ltda.

CNPJ/MF nº 43.927.457/0001-59 - NIRE 35237970251

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Com sede na Cidade de São Paulo, SP, na Avenida Roque Petroni, nº 850, Conjunto 151 a 154 - 15º andar - Jardim das Acácias, CEP 04707-000, com seu Contrato Social devidamente arquivado perante a JUCESP sob o NIRE 35237970251, vem a público divulgar que, em 24/02/2023, foi aprovada por sua única sócia, com fundamento nos artigos 1.082, II, e 1.084 do Código Civil Brasileiro, a redução parcial do capital social em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com o cancelamento de 10.000 (dez mil) quotas e restituição da totalidade à única sócia, São Paulo, 24 de fevereiro de 2023. Bruno Rafael Ballardie de Oliveira, Diretor.

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA / ACIDENTES - UNIDADE DE PROCESSAMENTO DAS EXECUÇÕES CONTRA A FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL - UPEFAZ - Viaduto Dona Paulina, nº 80 - 17º andar - Centro - CEP 01501-020 - Fone: (11) 3242-2333 - E-mail: upefaz@tjsp.jus.br - EDITAL para CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, com prazo de 10 (dez) dias, expedido nos autos do Proc. nº 0420018-57.1996.8.26.0053. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Unidade de Process

Contagem regressiva para a volta do Hang Loose Pro Contest

O aguardado retorno do campeonato de surfe mais tradicional da América Latina na Havaí brasileiro já está na contagem regressiva. O Hang Loose Pro Contest apresentado pela Elétron Energy começa na próxima terça-feira (dia 28) e vai até domingo (5 de março) no arquipélago pernambucano de Fernando de Noronha. O evento não aconteceu em 2021 e 2022 por causa da pandemia e volta esse ano, promovendo a penúltima etapa da temporada 2022/2023 da World Surf League (WSL) Latin America, com o nível máximo do Qualifying Series (QS). Os 5.000 pontos que estarão em jogo nos tubos da Cacimba do Padre, serão decisivos na disputa pelas oito vagas para o Challenger Series 2023 e podem até definir um

novo campeão sul-americano. “O mundo voltou ao normal e o Hang Loose retornou para Noronha, para casa, que sempre o recebeu bem, que é o melhor palco para um campeonato de surfe no Brasil, não só pelas ondas, como pelo ambiente, pelo espírito da ilha, que já se acostumou a ter esse evento. O Hang Loose já faz parte de Noronha”, comemora o empresário Álfio Lagnado, proprietário da SurfCo e fundador da marca Hang Loose, que desde 1986 realiza etapas do Circuito Mundial de Surfe no Brasil. O Hang Loose Pro Contest estreou em Fernando de Noronha em 2000, aconteceu todos os anos até 2012 e retornou em 2019.

Os principais concorrentes para representar a América do Sul no Challenger Series, cir-



Foto: @WSL / Daniel Smarigo
Wesley Dantas foi vice-campeão no último Hang Loose Pro Contest em 2020

cuito classificatório para a elite do World Surf League Championship Tour, vão competir no 37.º campeonato promovido pela Hang Loose e

16.º a ser realizado em Fernando de Noronha. Uma das atrações é o peruano Miguel Tudela, que lidera o ranking da WSL Latin America, vencendo

todas as cinco etapas que participou em 2022. A invencibilidade começou nas Ilhas Galápagos do Equador, depois ganhou as duas do Chile, em Iquique e Arica, e de Saquarema no Brasil e a única em sua casa, no Peru.

Miguel Tudela pode até confirmar um feito inédito no Hang Loose Pro Contest apresentado pela Elétron Energy, de ser o primeiro peruano a conquistar o título sul-americano da WSL Latin America. O pernambucano Ian Gouveia, atleta patrocinado pela Hang Loose, é o único que pode impedir que ele seja campeão por antecipação, antes da última etapa da temporada 2022/2023, que será disputada na semana seguinte em Florianópolis.

Mas, o único resultado para o filho de Fábio Gouveia ter chance para o título, é a vitória em Fernando de Noronha. Além disso, Miguel Tudela não poderá chegar na fase dos 16 melhores do campeonato. Em 2019, o peruano conseguiu isso, batendo até o campeão mundial Italo Ferreira, antes de ser barrado pelo espanhol Aritz Aranburu nas oitavas de final. Esse nono lugar agora, garantiria o título sul-americano para Miguel Tudela. Já em 2020, ele terminou em 25.º lugar, perdendo para Wiggolly Dantas e Renan Pulga.

“Minha expectativa é fazer o melhor resultado possível, passar baterias e continuar na liderança. Eu gosto muito daquela onda, definitivamente é uma das minhas favoritas do circuito e eu gosto muito de competir lá”, disse Miguel Tudela, que já tem garantida sua participação no Challenger Series deste ano, para disputar classificação para o CT 2024. “Estou com boa expectativa, mas com muita calma, pensando em passar baterias e buscar os pontos necessários em cada evento”.

FAMÍLIA GOUVEIA - Diferente do peruano, Ian Gouveia já fez parte da elite mundial do CT, é o vice-líder no ranking da WSL Latin America e também está praticamente garantido entre os oito classificados para o Challenger

Series 2023. O primeiro Hang Loose Pro Contest da história aconteceu em 1986 em Florianópolis e aportou em Fernando de Noronha no ano 2000. Ian nasceu em 1992 e, desde criança, sempre foi pra ilha com seu pai, Fábio Gouveia. Em 2008, com 15 anos de idade, Ian competiu pela primeira vez nos tubos da Cacimba do Padre.

Na estreia, Ian perdeu de cara, mas no ano seguinte já surpreendeu, passando quatro baterias até ser barrado nas quartas de final e ficar em quinto lugar. Foi bem melhor do que seu pai, que terminou em 49.º. Ian só perdeu para o campeão daquele Hang Loose Pro Contest de 2009, Bruno Santos. Curiosamente, ele só conseguiu repetir este resultado na última edição, em 2020, quando também foi batido apenas pelo campeão, Ramzi Boukhiam, o marroquino que no ano passado conquistou classificação para o CT 2023.

Além de Miguel Tudela e Ian Gouveia, que brigam pelo título sul-americano de 2022/2023 da WSL Latin America, os outros seis surfistas que estão se classificando para o Challenger Series, vão defender suas vagas no Hang Loose Pro Contest apresentado pela Elétron Energy. São eles, por ordem de ranking, os brasileiros Rafael Teixeira (3.º lugar) e o jovem Ryan Kainalo (4.º), o argentino José Gundersen (5.º), o chileno Guillermo Satt (6.º) e mais dois brasileiros que estão fechando o G-8 no momento, Heitor Mueller (8.º) e Wesley Dantas (9.º), vice-campeão da última edição do evento em 2020.

O Hang Loose Pro Contest apresentado pela Elétron Energy em Fernando de Noronha, é uma realização do Instituto Incentiva, com homologação da World Surf League (WSL) Latin America e patrocinados da Hang Loose e Elétron Energy, através da lei de Incentivo ao Esporte do Governo do Estado de Pernambuco, colaboração do site Waves e a competição será transmitida ao vivo pelo WorldSurfLeague.com.

Fórmula 1

Felipe Drugovich avalia positivamente sua participação nos testes de pré-temporada



Foto: Aston Martin
Felipe Drugovich

No último sábado (25), no Circuito Internacional do Bahrein, o brasileiro Felipe Drugovich (XP Investimentos/Porto Seguro/Stilo) encerrou sua primeira participação mais efetiva

na Fórmula 1. Depois de seu primeiro contato em testes privados em Silverstone e de participar do primeiro treino do GP de Abu Dhabi no ano passado, o atual campeão da Fórmula 2 parti-

cipou da pré-temporada da Fórmula 1 pela Aston Martin, da qual é piloto reserva e de testes. Felipe Drugovich substituiu Lance Stroll, piloto titular da equipe inglesa que se machucou ao sofrer um acidente de bicicleta na semana anterior. Os testes foram realizados ao longo de três dias e no primeiro deles, na quinta-feira (23), o piloto de Maringá (PR) participou das atividades matutinas, quando completou 40 voltas pelo circuito que receberá a etapa de abertura da temporada da Fórmula 1 no próximo final de semana.

E no sábado, novamente treinando pela manhã, Felipe Drugovich encerrou sua participação com novas atividades, completando 77 voltas no Circuito Internacional do Bahrein.

“Foi um teste muito positivo, curti muito e acho que todo o trabalho que fiz para a equipe foi muito útil. Na primeira parte foram apenas testes aerodinâmicos e no final pude dar duas voltas rápidas”, relembra Felipe. “No sábado dedicamos ¼ da manhã para mais testes aerodinâmicos e depois pude andar bastante rápido”, completou.

Boa parte da manhã de sábado foi dedicada a voltas rápidas e a uma simulação de corrida. “O mais importante de tudo foi a simulação de corrida, quando pude avaliar como eu estava fisicamente. E foi tranquilo, deu tudo certo”, disse Felipe Drugovich. “Pude me preparar caso eu precise substituir o Lance no GP do próximo final de semana. E estou feliz demais pela confiança que a Aston Martin depositou em mim nestes testes”, finalizou.

Prova inédita marca calendário do Velocidade na Terra Brasil

O grupo SR e a Associação Nacional de Velocidade na Terra anunciaram, na quarta-feira (22), o calendário do Campeonato Brasileiro de Velocidade na Terra 2023 – VNT Brasil que contará com a realização de cinco etapas para a categoria Autocross e etapa única para as categorias KartCross e Turismo.

Uma das principais novidades do calendário é a etapa de abertura, que será realizada em Balneário Camboriú. Será a primeira vez que uma etapa do VNT Brasil será disputada no município e em uma pista construída em tempo recorde.

“Desde que assumimos a organização do Campeonato Brasileiro de Velocidade na Terra estamos buscando inovar a cada ano. Desta vez, temos o desafio de construir a pista em Balneário Camboriú e levar a velocidade para perto de um público novo”, ressalta Gian Pasquali,



Foto: Vitor Lara
Autocross terá cinco etapas na temporada

responsável pela organização do campeonato. As demais etapas terão como destaque o DNA agro do campeonato. Além do Autódromo Bom Futuro, em Cuiabá, que receberá a final incluindo provas noturnas, outros centros de destaque na produção agrícola também fazem parte do calendário, como Luis Eduar-

do Magalhães (BA), Rio Verde (GO) e Campo Novo do Parecis (MT).

“Nosso DNA é o agro. Nossa essência é a Terra. Muitas das nossas provas são em pistas abertas em fazendas, em meio a campos cultivados. Nossos parceiros estão muito motivados com a possibilidade de ficarem cada vez mais próximos aos pro-

dutores e de nossa comunidade através de nossos eventos, resultando em grandes negócios”, ressalta Pasquali.

Confira o Calendário 2023
24-25 de março – Balneário Camboriú (SC); 06-07 de maio – Campo Novo do Parecis (MT); 10-11 de junho – Luis Eduardo Magalhães (BA); 30set-01 out – Rio Verde (GO); 01-02 de dezembro – Cuiabá (MT).

O Campeonato Brasileiro de Velocidade na Terra conta com apoio e supervisão técnica e desportiva da Confederação Brasileira de Automobilismo e Federações de Automobilismo nos estados onde será realizado.

Todas as provas das 5 etapas do campeonato serão transmitidas ao vivo pelo site www.vntbrasil.com.br e canal no YouTube/VNT Brasil. Acompanhem as novidades e bastidores pelas páginas oficiais no Instagram e Facebook @vntbrasil.

World Athletics revela percursos da maratona e marcha

Os maratonistas e marchadores vão competir no coração de Budapeste, no Campeonato Mundial de Atletismo 2023, conforme revelou a World Athletics. Os maratonistas vão correr em um circuito de 10 km, que passará pelas mais belas partes de Budapeste, Patrimônio Mundial da UNESCO, e será percorrido em quatro voltas. A área de largada e chegada será na Praça dos Heróis, também para as provas de marcha atlética de 20 km e 35 km. As seis corridas de rua serão gratuitas para todos os fãs assistirem, com acesso por metrô e bonde e a telões para ajudar a acompanhar os eventos.

O Campeonato Mundial será realizado em Budapeste, Hungria, de 19 a 27 de agosto,

com 2.000 atletas de mais de 200 países. É a principal competição do atletismo de 2023, ano ainda mais relevante por ser pré-olímpico.

A maratona está marcada para o fim de semana de encerramento do Mundial, a corrida feminina no dia 26 de agosto e a masculina no dia seguinte, 27 de agosto, ambas começando às 7 horas locais.

Da largada, na Praça dos Heróis, uma rápida e reta seção leva os competidores ao longo da Avenida Andrassy. A única subida será a recém-renovada Chain Bridge, inaugurada em 1849. A partir dali o percurso leva os atletas por baixo do Castelo de Buda e pelo túnel, uma das curiosidades do caminho. Os atletas retornarão

de Buda para Peste, contornando o Castelo de Buda, atravessando novamente a Ponte das Correntes e depois seguirão para a Praça dos Heróis na Avenida Andrassy.

O percurso tem uma seção intermediária na estrada Bajcsy-Zsilinszky, atrás da Basílica, a única curva de 180 graus. Mas como é uma área com sete pistas, os corredores terão perda mínima de velocidade.

As finais da marcha atlética seguirão uma fórmula que tem funcionado bem nos últimos Mundiais: os 20 km masculino e feminino serão em um circuito de 1 quilômetro, enquanto os 35 km masculino e feminino serão em um circuito de 2 quilômetros. Como na maratona, a largada e a chegada serão nova-

mente na Praça dos Heróis, enquanto o percurso será na Avenida Andrassy.

A marcha de 20 km masculino está agendada para o dia 19 de agosto, com início às 8:50, a primeira prova do Campeonato Mundial de Atletismo de Budapeste. A marcha 20 km feminina será no dia 20 de agosto, às 7:15. As mulheres e os homens enfrentarão a prova de 35 km ao mesmo tempo na quinta-feira, 24 de agosto, às 7 horas.

A Prevent Senior NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro oferecendo medicina esportiva de precisão e estilo de vida para os que se ligam no esporte e apoio às competições.

As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Melo e Zverev estreiam nesta terça-feira no ATP 500 de Dubai



Foto: Thiago Ribeiro
Melo seguiu do Rio para Dubai

Depois do vice-campeonato no Rio Open, Marcelo Melo volta à quadra já nesta terça-feira (28). O mineiro estreia no ATP 500 de Dubai, nos Emirados Árabes, jogando ao lado do alemão Alexander “Sascha” Zverev. O jogo será por volta das 10h (horário de Brasília), diante da dupla formada pelo francês Constant Lestienne e o holandês Botić van de Zandschulp.

“Muito legal este retorno com o Zverev, depois de termos formado parceria no ano passado, jogando bem, especialmente em Monte Carlo. Agora, é focar nessa estreia e em fazer bons resultados esta semana”, afirma Marcelo, que tem o patrocínio de Centauro e BMG, com apoio de Volvo, Head, Voss e Asics.

Melo e Zverev estarão juntos, também, no Masters 1000 de Indian Wells, na Califórnia (EUA), que começa no dia 8 de

março. No Rio Open, ATP 500 disputado no Rio de Janeiro, o mineiro fez dupla com o colombiano Juan Sebastian Cabal, jogando a final no sábado (25) à noite e seguindo para Dubai no domingo (26).

Melo sobe três posições - No ranking mundial de duplas da Associação dos Tenistas Profissionais (ATP), Melo subiu três posições com o vice no Rio e, agora, tem 2.150 pontos, na 38ª colocação. Zverev, que esteve fora do circuito recuperando-se de lesão, é o atual número 16 no ranking mundial de simples, com 2.320 pontos.

Sete vitórias em 2023 - Em Adelaide, na Austrália, na abertura da temporada 2023, Marcelo Melo somou quatro vitórias ao lado do norte-americano Mackenzie McDonald. No Rio Open, foram três com o colombiano Juan Sebastian Cabal. Em 2022, terminou com 32.